

Justiça mantém bloqueio parcial e Raízen terá de explicar conexão com lavagem de dinheiro

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 5

TCU apura R\$ 5,7 bi do dinheiro 'esquecido' para Desenrola 2.0

Valor foi transferido para o Fundo Garantidor de Operações sem passar pelo orçamento e modelo de transação entrou no radar da corte de contas da União

PÁGINA 7

Cleitinho a Lula e Flávio Bolsonaro: 'neutralidade'

Candidato a governador de Minas, Cleitinho satisfaz ao PT ao não dar palanque a ninguém, nem a Flávio.

TALES FARIA - PÁGINA 4

Michelle entra na campanha presidencial

Após brigas e crises com o enteado, a ex-primeira-dama entra na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro.

PÁGINA 6

DESEMBARGADOR ALERTA PARA AVANÇO DAS BETS



DIVULGAÇÃO

Desembargador Peterson Barroso Simão, integrante da Segunda Câmara Criminal do TJRJ

Em entrevista para o Correio da Manhã, o desembargador Peterson Barroso Simão, do TJ-RJ, acredita que chegou a hora do país encarar o problema das bets como uma ludopatia de fato, com legislações, publicidades e fiscalizações mais rígidas aos jogos e apostas online.

PÁGINA 24

Socorro ao BRB chega travado à reunião no Supremo

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 15



Alvo de todos, Celina quer mais espaço para poder rebater acusações

Celina irá aos debates

A governadora, porém, quer rediscutir as regras depois do que aconteceu no debate da Band. Ela reclama que

foi atacada por todos e o modelo organizado não lhe permitia rebater em igualdade de condições.

CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) - PÁGINA 7

Moraes acha fonte de jornalista contra Dino

CAPPELLI - PÁGINA 2

Projeto estimula voto de jovens da periferia

Ação estimula adolescentes e jovens a fazer propostas de programas que possam vir a ser encampadas pelos candidatos nas eleições.

PÁGINA 13

Brasil é o país que mais processa o Estado

PÁGINA 11

FERNANDO MOLICA

FLÁVIO NUM DILEMA DE SER OU NÃO UM BOLSONARO

PÁGINA 4

CORREIO ESPORTIVO

CLÁSSICOS MARCAM AS QUARTAS DE FINAL DA COPA DO BRASIL

PÁGINA 22



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Como Moraes descobriu fonte de jornalista que escreveu contra Dino

LUIZ SILVEIRA/STF

■ O ministro Alexandre de Moraes (STF) descobriu a fonte de um jornalista que publicou reportagens contra Flávio Dino após determinar que a Polícia Federal apreendesse os aparelhos eletrônicos do profissional de imprensa.

■ A coluna apurou com fontes ligadas à investigação que os agentes conseguiram identificar a fonte por meio de conversas mantidas no WhatsApp Web usado pelo jornalista Luís Pablo. Mesmo com a conta do aplicativo desconectada do MacBook no momento da apreensão, a PF conseguiu recuperar o conteúdo com o auxílio de equipamento tecnológico da corporação.

■ O MacBook e outros aparelhos de Luís Pablo haviam sido apreendidos em março, também por determinação de Moraes. Na ocasião, a medida provocou críticas de entidades ligadas à imprensa.

■ Em nota conjunta, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) classificaram como “preocupante” a busca e apreensão e destacaram que o sigilo da fonte é protegido pela Constituição. As entidades afirmaram ainda que medidas que eventualmente violem essa ga-



Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal apreendesse aparelhos eletrônicos de jornalista

rantia representam um ataque ao livre exercício do jornalismo.

■ À época, Moraes afirmou na decisão que havia indícios de que Luís Pablo teria acesso a informações sensíveis e estaria monitorando e acompanhando o veículo utilizado por Dino. O jornalista negou ter perseguido o ministro e afirmou que realizava trabalho jornalístico.

Fonte identificada

■ Agora, a fonte identificada a partir da análise dos aparelhos também foi alvo

de uma operação. Nesta terça-feira (11), Moraes determinou busca e apreensão contra Raimundo Cutrim, delegado aposentado da Polícia Federal, ex-secretário de Segurança Pública do Maranhão e ex-deputado estadual. A medida foi solicitada pela PF e teve aval da Procuradoria-Geral da República (PGR).

■ De acordo com a defesa de Cutrim, o mandado relata que a análise dos aparelhos apreendidos do jornalista levou a Polícia Federal a concluir que ele era a fonte das reportagens. O advogado de Luís Pablo também foi alvo de busca e apreensão nesta terça-feira (11).

■ Cutrim é adversário político de Dino e também já ocupou o cargo de secretário no governo de Carlos Brandão. Segundo sua defesa, os processos relacionados às operações permanecem sob sigilo e os advogados ainda não tiveram acesso integral aos autos.

■ As reportagens que deram origem ao caso foram publicadas por Luís Pablo e apontavam o suposto uso irregular de um veículo oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) por familiares de Flávio Dino, em São Luís. A investigação contra o jornalista foi aberta após Dino acionar as autoridades por suposta perseguição.

Toffoli rejeita recurso da Petrobras contra decisão que anulou atos de Moro na Operação Lava Jato

■ O ministro Dias Toffoli (STF) rejeitou um recurso da Petrobras contra a decisão que anulou todos os atos da Operação Lava Jato praticados contra Eduardo Costa Vaz Musa, ex-gerente da empresa e delator do caso. A anulação alcança também medidas adotadas pelo então juiz Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

■ Na decisão anterior, Toffoli concedeu habeas corpus de ofício a Musa após reconhecer a existência de um “conluio” contra ele. O ministro declarou a “nulidade absoluta” dos atos praticados pelos integrantes da Lava Jato e por Moro contra o ex-gerente da Petrobras, inclusive durante a fase pré-processual.

■ A Petrobras recorreu. A estatal argumentou que atuou como assistente de acusação na ação penal envolvendo Musa e, por isso, teria legi-

timidade para questionar a decisão. Pediu, no mérito, que Toffoli afastasse a nulidade.

■ O ministro, porém, não conheceu do recurso. Toffoli aplicou a Súmula 208 do STF, segundo a qual o assistente do Ministério Público não pode recorrer de decisão que concede habeas corpus. “Ante o exposto, não conheço do agravo regimental. Arquive-se”, determinou Toffoli.

■ Eduardo Musa foi gerente da área Internacional da Petrobras e se tornou um dos delatores da Lava Jato. Em 2015, ele fechou acordo de colaboração premiada e passou a fornecer informações aos investigadores sobre o esquema de pagamento de propinas envolvendo contratos da estatal.

■ À época, Musa relatou aos investiga-



Sede da Petrobras no Rio de Janeiro

dores detalhes sobre pagamentos de propina na Diretoria Internacional da Petrobras e apontou a participação de diferentes personagens e empresas no esquema investigado pela operação. Ele próprio foi investigado e condenado em processos da Lava Jato.

■ Com a nova decisão, Toffoli não voltou a analisar o mérito da anulação. O recurso da Petrobras foi rejeitado por uma questão processual, já que o ministro entendeu que a estatal, na condição de assistente de acusação, não tinha legitimidade para recorrer da concessão do habeas corpus.

Secretário usou credenciais de Estado para desviar dados de inteligência e monitorar Flávio Dino, diz PF

■ A Polícia Federal (PF) afirma que o secretário de Estado Extraordinário de Assuntos Legislativos do Maranhão, Raimundo Soares Cutrim, usou sua condição de agente público para acessar informações restritas sobre veículos ligados à segurança do ministro Flávio Dino, do STF.

■ Segundo a investigação, Cutrim obteve dados protegidos em sistemas que exigem credenciais de acesso e repassou parte do material ao jornalista Luís Pablo Conceição Almeida. As informações incluíam placas reservadas, fotos, vídeos e dados sobre veículos usados por Dino e seus familiares.

■ A conclusão consta de representação da PF acolhida pelo ministro Alexandre de Moraes, que autorizou novas buscas e apreensões no âmbito da investigação sobre o vazamento de informações relacionadas à segurança de Dino.

■ “Fica claramente demonstrado que quem obteve as informações e imagens divulgadas por Luís Pablo foi Raimundo Cutrim, sendo possível concluir que para obter acesso às informações sobre o veículo, o mesmo se prevaleceu de sua condição de agente público”.

Conversas por WhatsApp

■ A PF conseguiu chegar ao secretário após analisar um notebook apreendido na casa de Luís Pablo em março deste ano. O equipamento permitiu o acesso à conta de WhatsApp utilizada pelo jornalista e revelou conversas mantidas com Cutrim.

■ Os investigadores identificaram, por exemplo, que o secretário encaminhou ao jornalista dados de um veículo que apareceriam posteriormente em uma reportagem publicada em 20 de novembro. Entre as informações estavam a placa oficial e uma placa reservada, utilizada em atividades que exigem proteção da identificação do veículo.

■ A investigação também encontrou fotografias e vídeos dos veículos. Segundo a PF, algumas filmagens foram feitas com câmera veicular em 30 de outubro de 2025 e posteriormente enviadas por Cutrim a Luís Pablo.

FOTOS ROSANE NAYLOR



O ex-secretário da Casa Civil do RJ, Nicola Miccione, ao lado do desembargador Guilherme Peña



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@columamagnavita

Desembargador Guilherme Pena de Moraes lança livro sobre Controle de Constitucionalidade

Magistrados, servidores, advogados, estudantes de direito e personalidades se reuniram no Foyer do Órgão Especial, no Fórum Central, na última segunda-feira, 10 de agosto, para o lançamento do livro *Controle de Constitucionalidade: Aspectos Práticos e Teóricos*, do desembargador Guilherme Pena.

A obra une fundamentação teórica e aplicação prática sobre um dos temas mais relevantes do Direito Constitucio-

nal. Além de reflexões e análises sobre o controle de constitucionalidade, o livro apresenta aspectos práticos do tema, constituindo importante fonte doutrinária para magistrados, advogados, estudantes e demais profissionais do Direito.

O livro tem apresentação do presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Couto, e prefácio do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e doutor André Ramos Tavares.



O autor Guilherme Peña com a desembargadora Maria Angélica Guerra



Os desembargadores Luiz Eduardo Canabarro, Guilherme Peña e Eduardo Biondi



O desembargador Guilherme Peña com o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto



O desembargador Fernando Chagas com o autor, desembargador Guilherme Peña



O defensor público geral Paulo Vinícius Cozzolino com o desembargador Guilherme Peña e as juízas Simone Lopes e Viviane Tovar



O desembargador Guilherme Peña com o corregedor desembargador Cláudio Brandão e a juíza Daniela Bandeira



Os desembargadores Claudio Dell'orto e Guilherme Peña com Márcio Pacheco



Victor com os desembargadores André Francis, Cláudia Nascimento, Renata Cabo e Guilherme Pedrosa

OAB-RJ celebra o Dia da Advocacia aos pés do Cristo Redentor

Nesta terça-feira (11), a Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) celebrou o Dia da Advocacia e homenageou todos os advogados e advogadas que exercem diariamente um papel fundamental na defesa da Justiça, da cidadania e do Estado Democrático de Direito. Como parte das comemorações, foi celebrada uma missa no Santuário do Cristo Redentor.

A data marca os 199 anos de cria-



Como parte das comemorações, foi celebrada uma missa no Santuário do Cristo Redentor

ção dos primeiros cursos de Direito do Brasil, em São Paulo (SP) e Olinda (PE), marcos históricos para a formação jurídica do país e para a consolidação da advocacia brasileira.

Para a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, exercer a advocacia vai muito além do conhecimento técnico e exige compromisso diário com a Justiça e com a sociedade. “Ser advogado não é apenas dominar as leis e conhecer a jurisprudência. Ser advogado é estar diariamente lutando pela justiça, pela sociedade e por aqueles princípios que são fundamentais no Estado Democrático de Direito. A profissão é árdua. É preciso ser corajoso. É preciso, muitas

vezes, ir contra a opinião pública, contra a opinião de amigos e familiares. Mas o advogado é um guerreiro. É aquele que a sociedade pode contar sempre para lutar pelos seus direitos”, destaca Basilio.

Como parte das comemorações, foi celebrada, no fim da manhã, uma missa em homenagem à advocacia na Capela de Nossa Senhora Aparecida, no Santuário do Cristo Redentor. Além da presidente da OAB-RJ, participam da cerimônia o secretário-geral da entidade, Rafael Borges, o tesoureiro Fábio Nogueira, além de presidentes de subseções, de comissões e conselheiros da Seccional.

FLÁVIA FREITAS/OAB-RJ

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Cleitinho entre Lula e Flávio Bolsonaro: “neutralidade”

Candidato do Republicanos ao governo de Minas Gerais, o senador Cleitinho Azevedo reapareceu nesta terça-feira, 11, no plenário do Senado para acompanhar as votações desta semana de esforço concentrado.

Estava solitário por volta das 18h quando se aproximou de sua cadeira o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), ex-líder do PT na Câmara e um dos caciques da legenda em Minas.

Os dois se abraçaram como grandes amigos e o deputado sentou-se na cadeira ao lado. A cena foi presenciada pela coluna a média distância. Logo Reginaldo puxou assunto: “Parabéns. Você será um forte candidato, mas é claro que continuo torcendo pelo Patrus.”

Ele se referia ao deputado Patrus Ananias (PT-MG), que irá enfrentar Cleitinho na disputa pelo comando do Palácio da Liberdade. O senador sorriu e assentiu com a cabeça. E a conversa continuou no mesmo tom amigável.

Deu para notar quando o deputado perguntou se Cleitinho daria lugar no palanque ao candidato do PL a presidente da República, Flávio Bolsonaro. O senador disse que o Flávio já tem candidato em Minas, o ex-presidente da Federação das Indústrias (Fiemg) Flávio Roscoe. E que, por isso, ele fará uma campanha “independente, com neutralidade” em relação ao PT e ao PL no plano nacional.

É tudo que os petistas querem. Minas é decisivo na eleição presidencial. O comando do PT acredita que Luiz Inácio Lula da Silva(PT) pode-

rá se reeleger até mesmo em primeiro turno, se conseguir uma vantagem de mais de 1,2 milhão de votos no estado. Com Cleitinho apoiando Flávio, seria difícil alcançar essa marca.

Reginaldo Lopes levou ao comando nacional da legenda, no mesmo dia, o resultado dessa sua conversa com Cleitinho. Mas ele próprio não garantiu que o senador manterá essa posição até o final da eleição. “Ele pode mudar de ideia a qualquer instante. Com o Cleitinho tudo é possível”, argumentou.

A mesma opinião têm os caciques do PL em Minas. Desde que Cleitinho aguardou Flávio Bolsonaro anunciar a candidatura de Roscoe e lançou-se, dois dias depois, os bolsonaristas passaram a reclamar de terem sido vítimas de “um golpe”.

Segundo eles, Cleitinho nunca quis se comprometer, nem com a candidatura de Flávio Bolsonaro, nem com a de Lula. O senador, segundo as pesquisas, pode ter votos para governador tanto entre eleitores do PT com de bolsonaristas, por isso, esticou ao máximo sua decisão até o PL se ver obrigado a lançar candidato próprio.

O comando da campanha de Flávio Bolsonaro, no entanto, não desistiu do apoio de Cleitinho. Acredita que pode convencer o senador a aceitar que o candidato dos bolsonaristas a presidente tenha palanque duplo no estado: para Roscoe e para o senador.

Há entre os bolsonaristas quem defenda até que Roscoe abra mão da candidatura em troca do apoio de Cleitinho. Mas essa é uma hipótese que o comando do PL de Minas Gerais não gosta. Avalia que, se o senador mineiro se afastou propositadamente, ele poderá desistir do eventual apoio a Flávio em qualquer momento da campanha deixando o PL perdido em Minas e na disputa pelo Palácio do Planalto.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Flávio: ser ou não ser Bolsonaro

Ao revelar que o índice dos que temem a volta de alguém da família Bolsonaro ao governo supera o medo da permanência de Lula, a pesquisa CNT/MDA indica o porquê da decisão da campanha do candidato do PL frisar seu prenome — Flávio — no lugar do sobrenome.

O resultado desfavorável ao clã — 39,4% rejeitam sua volta ao Planalto; 35,8% a continuidade do petista — está dentro da margem de erro da pesquisa, mas ilustra a dificuldade de se encontrar um perfil predominante de Flávio que, agora protagonista, depara-se com a dificuldade de ser Bolsonaro.

O senador fluminense não é candidato como consequência de sua carreira política, mas por ser filho do ex-presidente, que permanece como “dono” do sobrenome: Jair é o Bolsonaro, ele é responsável pela carreira do filho e por sua escolha como presidenciável. Se, em um improvável rompante, Jair mudar de opinião, Flávio será expulso do jogo.

Ao ganhar a candidatura, o senador procurou emplacar uma imagem de moderação, a história de ser o Bolsonaro que toma vacina; partiu do princípio que não teria rivais à sua direita e que precisaria rumar ao centro.

No início, deu certo: ainda que na margem de erro, ele chegou a ultrapassar Lula. Acudopelo caso Master, pelo pedido de dinheiro a Daniel Vercaro, precisou tocar reunir, e fez rufar os tambores de guerra de sua família.

As pesquisas mostram que, com a concla-

mação ao bolsonarismo-raiz, ele conseguiu estancar sua queda e, principalmente, evitou o crescimento de qualquer adversário no campo da direita. Por mais que radicalizem o discurso, os demais candidatos não conseguem sequer chegar perto dos dois dígitos nas intenções de voto.

E, aí, surge o impasse: a menos de dois meses para o primeiro turno, Flávio Boslonaro, como gostava de frisar o SBT antigamente, é o líder absoluto do segundo lugar, com grande chance de impedir a vitória de Lula na primeira rodada. Mas é travado por sua rejeição: 54,5% não voltariam nele no segundo turno, contra 46,2% que não aceitariam apertar o 13. O vento que faz seu barco correr — o bolsonarismo — é o mesmo que limita sua velocidade. Segundo a pesquisa, seria, hoje, derrotado por Lula no segundo turno (teria 39% dos votos contra 48% do adversário).

Para ser competitivo, Flávio precisa ser Bolsonaro, mas, para ganhar, teria que cometer um patricídio simbólico, que talvez não seria perdoado por seus potenciais eleitores. Sua necessidade de se livrar do peso paterno iria além das relacionadas ao crescimento autônomo de cada um de nós. Não se trata apenas de superar expectativas e imposições relacionadas à figura do pai, o problema é também eleitoral. Ele precisa provar ao eleitor (quicá a si mesmo) ser capaz de superar o pai; isso, sem cometer uma traição.

Entre ser Flávio ou Bolsonaro, o senador corre o risco da derrota. Enquanto isso, seus adversários deitam e rolam com a marca que destaca o “V” de seu prenome: leem Vercaro no lugar de vitória.

EDITORIAL

Eleição, tarifaço, juros e inflação na mesa do BC

O Banco Central brasileiro enfrenta, neste segundo semestre, um dos mais delicados dilemas da política econômica: como reduzir os juros sem permitir que a inflação volte a ganhar força, em meio a um cenário internacional marcado por guerras, tarifas e incertezas, e a um ambiente doméstico contaminado pela disputa eleitoral de outubro.

A Selic está em 14% ao ano, após o quarto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual. O movimento indica que o Banco Central reconhece a desaceleração da inflação e os efeitos, ainda graduais, da política monetária restritiva sobre a atividade econômica. Mas a cautela permanece justificada: as expectativas de inflação continuam acima da meta, o que dificulta uma redução mais rápida dos juros.

O problema é que parte das pressões sobre os preços não nasce dentro do Brasil. As guerras no Oriente Médio podem provocar novos choques de energia e combustíveis, enquanto o tarifaço de Donald Trump altera fluxos comerciais, preços e decisões de investimento em todo o mundo. São fatores sobre os quais o Copom tem pouco ou nenhum controle. Ainda assim, seus efeitos podem chegar ao consumidor brasileiro por meio do câmbio, dos combustíveis e das commodities.

É justamente aí que está o dilema. Subir ou manter juros muito elevados não produz petróleo, não encerra guerras e não desfaz tarifas. Mas reduzir a Selic de maneira precipitada pode alimentar o câmbio, desancorar expectativas e dificultar ainda mais o combate à inflação. O remédio monetário tem limites, sobretudo quando a origem do problema é externa.

Há, ainda, a variável eleitoral. A proximidade das eleições de outubro tende a aumentar a volatilidade dos mercados e a sensibilidade dos investidores aos discursos sobre gastos públicos, dívida e futuro da política econômica. O Banco Central precisa resistir à tentação de transformar sua política em instrumento eleitoral — seja para agradar o governo, seja para responder às pressões do mercado.

A melhor decisão, portanto, não será necessariamente a mais popular. O BC deve preservar sua autonomia, comunicar-se com clareza e calibrar os juros conforme os dados, não conforme o calendário eleitoral. Ao governo, cabe fazer a sua parte: responsabilidade fiscal e previsibilidade ajudam a reduzir a pressão sobre a política monetária.

Inflação baixa e juros sustentáveis não se constroem apenas na mesa do Copom. Dependem de credibilidade, equilíbrio fiscal e capacidade de atravessar choques externos sem transformar cada turbulência internacional em uma crise doméstica. Em ano eleitoral, essa disciplina será mais importante.

OPINIÃO DO LEITOR

Brasília florida

Brasília já começa a ficar mais bela com a florada dos ipês amarelos! É um colírio para os nossos olhos! Impossível o brasiliense não curtir. Beleza sem limite!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP
22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Raízen terá que explicar depósito

Justiça mantém bloqueio parcial e Raízen terá de explicar conexão com lavagem de dinheiro

Em um mundo globalizado e regido por regras de compliance, a grave conexão entre a Raízen e o doleiro e empresário Victor Shimada está no fato de que uma conta da gigante de energia recebeu uma transferência financeira de uma empresa de fachada vinculada a um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e tráfico internacional de drogas. O caso envolve cifras bilionárias, sanções internacionais e risco reputacional para a companhia. A Raízen, que integra o ICL - Instituto Combustível Legal prova do próprio veneno que usou com outras distribuidoras para diminuir a concorrência no mercado.

Bloqueio parcial continua

A Justiça de São Paulo incluiu a Raízen em uma decisão de bloqueio solidário de bens de R\$ 10,3 bilhões. Inicialmente, as contas bancárias da Raízen foram bloqueadas, gerando um forte alerta no mercado. Após a defesa da companhia apresentar comprovantes, a Justiça revogou a ordem de bloqueio dos R\$ 10 bilhões, restringindo a disputa ao valor específico rastreado. Na prática, a empresa continua com um valor bloqueado em um processo de lavagem de dinheiro.

PF comprova depósito

Um laudo da Polícia Federal confirmou que a Raízen recebeu R\$ 120 mil de uma empresa chamada Hi Quality Importação Comércio e Distribuição Ltda.. A PF aponta essa empresa como parte da rede utilizada por Victor Shimada para ocultar recursos ilícitos.

Elo com facções

Victor Shimada foi alvo de duras sanções pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (OFAC), acusado de lavar mais de US\$ 30 milhões e atuar como elo entre traficantes na Flórida e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele é considerado foragido internacional e está na lista vermelha da Interpol.

Dinheiro misturado

O nome de Victor Shimada também surgiu em investigações sobre desvios no caso do patrocínio da VaideBet com o Corinthians e em fraudes contra o Banco Votorantim. Para os investigadores, transferir recursos para contas de corporações gigantescas e idôneas é uma tática comum de criminosos. O objetivo é misturar o “dinheiro sujo” com o fluxo legítimo de bilhões da empresa, dificultando o rastreamento policial.

Raízen se defende

A Raízen declarou formalmente que não possui qualquer envolvimento com o esquema criminoso ou com as atividades de Victor Shimada. A empresa provou à Justiça que o recebimento dos R\$ 120 mil foi a quitação de uma operação comercial legítima e regular de seu portfólio de negócios. A companhia reforçou que opera de forma ética e transparente, colaborando com as autoridades para isolar o caso. O mercado credita o afrouxamento das suas regras de compliance à crise financeira que a companhia atravessa.

Efeito nos EUA

A decisão judicial pode afetar indiretamente a Raízen nos Estados Unidos, principalmente devido ao rigor do sistema regulatório americano em relação à lavagem de dinheiro e ao perfil criminal do alvo envolvido. Como Victor Shimada é alvo direto de sanções do Departamento do Tesouro dos EUA (OFAC) por supostamente usar o sistema financeiro americano para lavar dinheiro do narcotráfico e do PCC, qualquer conexão com ele liga um sinal de alerta em solo americano.

Conexão existiu

A OFAC proíbe terminantemente qualquer cidadão ou empresa dos EUA de fazer negócios, direta ou indiretamente, com indivíduos sancionados. Embora o valor recebido pela Raízen tenha sido baixo (R\$ 120 mil) e decorrente de uma operação comercial legítima, o governo americano monitora transações globais que envolvam alvos de suas sanções. A Raízen precisará provar rigidamente ao mercado internacional que seus mecanismos de auditoria interna (compliance) e de checagem de clientes (Know Your Customer - KYC) são infalíveis para evitar sanções secundárias.

Nuvem de suspeição

O ICL - Instituto Combustível Legal criou e incentivou a formação de uma nuvem de suspeição no mercado brasileiro de combustíveis. A sua associada Raízen enfrenta um momento financeiro delicado, com endividamento alto e um processo de recuperação extrajudicial. Para rolar suas dívidas e atrair novos investidores, a empresa depende de crédito internacional e de bancos estrangeiros.

Risco para os sócios

Para a Cosan, de Rubens Ometto, e os executivos da Shell, o episódio foi visto como um ruído de altíssimo risco, pois uma ordem de restrição financeira de R\$ 10 bilhões poderia ter implodido o acordo com os credores às vésperas da homologação. A pronta resposta da equipe jurídica de Ometto em comprovar a origem lícita e comercial dos R\$ 120 mil foi crucial para garantir que a decisão do dia 30 de julho não fosse afetada. Porém o bloqueio judicial continua e precisa ser esclarecido a justiça.

BTG aliviado

Para o BTG, a rápida resolução judicial, ainda que parcial, que derrubou o bloqueio bilionário foi um alívio. Como o banco aceitou trocar bilhões em dívidas por ações da Raízen, qualquer risco de contaminação por lavagem de dinheiro que fizesse os papéis derreterem na Bolsa destruiria o valor do novo patrimônio do banco. A blindagem jurídica da operação comercial de R\$ 120 mil garantiu que o BTG se tornasse sócio de uma empresa saneada financeiramente e livre de entraves criminais judiciais.

Petrobras em alerta

Pelas regras internas da Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras, qualquer sinal de lavagem de dinheiro exige a abertura de um procedimento de due diligence (análise de risco). Se a Petrobras fechar os olhos para transações suspeitas da Raízen, uma de suas maiores clientes de combustível, ela pode ser acusada por agências reguladoras dos EUA de negligência em sua cadeia de suprimentos, o que afetaria negativamente o valor de suas próprias ações. Por isso, a ordem interna na estatal é exigir relatórios de auditoria ainda mais profundos de toda a governança da Raízen nos próximos meses.



Para analistas, Trump já estaria interferindo nos assuntos internos

‘Ação militar é improvável, mas intervenção já começou’

Ao Correio, especialistas avaliam desgaste entre Brasil e Estados Unidos

Por **Gabriela Gallo**

O Departamento de Estado dos Estados Unidos (EUA) publicou nesta terça-feira (11) um vídeo em suas redes sociais lembrando a Doutrina Monroe e afirmando que o domínio do país sobre o Hemisfério Ocidental “nunca mais será questionado”.

A medida aparenta demonstrar que o governo norte-americano está “subindo o tom” e levanta o questionamento de uma possível intervenção dos EUA no Brasil, especialmente após as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) passarem a ser enquadradas como terroristas. Contudo, para especialistas em direito internacional ouvidos pelo Correio da Manhã, as chances são baixas.

Para a especialista em direito internacional e professora da Estácio Carolina Montolli uma eventual intervenção militar no Brasil “representaria ruptura gravíssima da ordem jurídica internacional”, o que resultaria em consequências demasiadamente pouco vantajosas para os americanos.

CARTA DA ONU

“A Carta da ONU proíbe como regra a ameaça ou uso da força contra a integridade

territorial ou a independência política de outro estado. As exceções clássicas são essencialmente legítima defesa ou autorização do Conselho de Segurança.

Além disso, o Brasil possui dimensões territorial, econômica, populacional e diplomática, que tornam qualquer hipótese militar extremamente custosa.

Haveria repercussões no sistema interamericano, na ONU, nos mercados financeiros, nas cadeias produtivas e nas relações dos Estados Unidos, como a América Latina e outros atores internacionais”, destacou Montolli para o Correio.

Em conversa com a reportagem, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes concordou que uma intervenção militar é pouco provável e, caso ocorra, será como um último recurso. Contudo, na avaliação da especialista, uma “intervenção” em um sentido mais amplo e contemporâneo – que pode ser aplicada de maneira econômica, diplomática, política, informacional ou institucional – é possível considerar que “alguns limites tradicionais das relações entre Estados já começaram a ser ultrapassados”.

Após crise no PL e briga com o enteado, Michelle entra na campanha de Flávio

Ex-primeira-dama grava com o candidato do PL e diz que vai ajudar na articulação de apoios

Por **Beatriz Matos**

Depois de um período marcado por atritos dentro do PL, Michelle Bolsonaro entrou de vez na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro. A ex-primeira-dama se encontrou nesta terça-feira (11) com o enteado para participar de gravações eleitorais e afirmou que pretende atuar na articulação de apoios e, principalmente, na aproximação da candidatura com o eleitorado feminino.

O movimento ocorre depois de uma crise que expôs divergências entre Michelle e integrantes do partido, especialmente por causa das alianças estaduais. Agora, ela diz considerar o episódio superado e fala em união em torno da candidatura de Flávio.

“Agora é página virada e todos unidos vamos trabalhar para a gente resgatar o nosso Brasil”, afirmou Michelle.

A participação na campanha começa com as gravações ao lado de Flávio e deve avançar também pelas redes sociais. Michelle afirmou que ainda não sabe qual será sua disponibilidade para viajar pelo país, mas garantiu que o candidato poderá contar com ela.

“Viajar eu não sei como vai ser. Acho que a gente vai viver um dia de cada vez, a gente vai tentar se organizar, mas



VITOR SALLES/DIVULGAÇÃO

Após briga, Flávio e Michelle finalmente aparecem juntos

ele pode contar comigo nas redes sociais e contar também com a força feminina que está espalhada pelo Brasil”, disse.

ELEITORADO FEMININO

Michelle aposta principalmente na estrutura política construída enquanto esteve à frente do PL Mulher. Segundo ela, o trabalho desenvolvido pelo movimento ajudou a eleger 1.005 mulheres e criou uma rede que agora poderá ser

mobilizada em favor de Flávio.

“Acho que a base já está pronta. A gente percorreu o Brasil por um ano justamente pensando nas eleições de 2026, para que o nosso candidato tivesse o apoio do público feminino”, afirmou.

A ex-primeira-dama disse ainda que já começou a organizar sua participação na pré-campanha e a buscar novos aliados. “Estou construindo também, articulando também

os apoios. Então, estou começando agora”, declarou.

Ela descartou, porém, reassumir a presidência do PL Mulher. Michelle afirmou que vive “um novo ciclo” e que, neste momento, também precisa conciliar a campanha com os cuidados com seu marido, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está em prisão domiciliar.

FERIDAS NO PARTIDO

Apesar do discurso de paci-

ficação, Michelle voltou a falar sobre as divergências que provocaram seu afastamento da direção do PL Mulher. Ela afirmou que tinha autonomia para participar da construção dos diretórios estaduais e das candidaturas femininas, mas considerou que esse espaço não foi respeitado como esperava.

O principal foco da crise foi o Ceará. Michelle reafirmou ser contrária à aliança do PL com Ciro Gomes e classificou sua posição como “visceral”. Segundo ela, o desgaste vinha desde novembro, quando chegou a procurar a direção da legenda para deixar o comando do PL Mulher, mas foi convencida a tirar uma licença.

Ao ser questionada sobre suas relações dentro do partido depois dos episódios, evitou aprofundar as divergências. “Um dia de cada vez, a gente está se ajustando, mas eu não guardo mágoa de ninguém. Acho que as coisas vão se ajustando aos poucos”, disse.

Do lado de Flávio, a estratégia é usar as próximas semanas para ampliar os palanques estaduais. O candidato afirmou que a campanha pretende apoiar 47 candidatos ao Senado e destacou que a quantidade de nomes competitivos para o Senado, Câmara e governos estaduais dará maior capilaridade.

Lula resolve posar de chapéu para foto da urna

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de dois meses para o primeiro turno das eleições gerais deste ano, os candidatos estão escolhendo suas fotos oficiais que aparecerão nas urnas eletrônicas para seus eleitores.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu uma foto em que ele aparece usando um chapéu panamá.

Contudo, a escolha da foto com um adereço levantou preocupações de aliados do presidente para possíveis problemas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Desde que retirou um câncer de pele na cabeça, em abril deste ano, e iniciou seu tratamento, Lula tem aparecido publicamente com um chapéu panamá para evitar

sol no local do procedimento, por recomendação médica.

“ADORNOS”

A legislação eleitoral não permite elementos cênicos e adornos “com conotação de propaganda eleitoral e que induzam ou dificultem o reconhecimento do candidato pelo eleitorado”.

Contudo, em 2022, o TSE aceitou um recurso feito pelo então candidato a deputado federal por São Paulo Douglas Belchior (PT) que solicitou que pudesse usar um boné em sua foto na urna eletrônica. Diante disso, a campanha eleitoral de Lula usará este precedente como argumento, caso o TSE venha a questionar o chapéu de Lula.

Ao Correio da Manhã, o consultor de marketing po-



RICARDO STUCKERT

TSE pode julgar irregular uso do chapéu na foto

lítico e eleitoral Deividi Lira explicou que o uso de adereços não necessariamente implica que a foto será considerada irregular.

“As regras eleitorais para 2026 estão preocupadas, principalmente, com a correta identificação do candidato e com elementos que possam ter caráter de propaganda ou dificultar seu reconhecimento”, diz o especialista. “Juridicamente, não se deve partir da premissa de que um adereço torna automaticamente a foto irregular, até porque o registro da candidatura e da fotografia ainda está sujeito à análise da Justiça Eleitoral, e um eventual questionamento precisaria avaliar concretamente se aquele elemento viola os requisitos da fotografia”, detalhou Deividi.



Celina acabou sendo o alvo de todos no debate

Celina vai aos debates, mas quer mudar as regras

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), que disputa a reeleição, sentiu na pele o que é o temor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do candidato do PL, Flávio Bolsonaro, sobre participar de debates eleitorais. Quem lidera torna-se alvo de todos os demais. Quem lidera e está no poder, mais ainda, porque todos os demais candidatos querem justamente se apresentar como um contraponto do governo que querem derrotar nas urnas. No domingo (9), no debate da Band entre os candidatos ao GDF foi o que aconteceu com Celina. Ela tornou-se alvo de todos. Ainda mais porque enfrenta um problema cabeludo: o BRB corre o risco de quebrar por conta desastrada operação de compra do Banco Master que foi feita na gestão de Ibaneis Rocha (MDB), que ela herdou. Celina reclamou que o formato do debate fez com que ela apanhasse de todos sem a devida chance de rebater.

Direitos de resposta indeferidos

Com o governo o tempo todo citado pelos adversários, Celina reclama que pediu vários direitos de resposta que acabaram indeferidos pela organização do debate. Ela se queixa de uma situação que, na avaliação da sua campanha, seria desproporcional: sofreu ataque de todos e só conseguia rebater nos seus próprios horários, quando já tinha de responder a outros questionamentos. Às vezes, precisava usar parte desse tempo para rebater algo dito por outro candidato que não o que a questionava.



Lula e Flávio cogitam fugir também dos debates

Governadora cogitou não participar mais

A situação levou-a a cogitar não ir mais a debates no primeiro turno. O Correio Político apurou, no entanto, que essa não será a sua posição final. Celina Leão irá aos próximos debates. Mas a sua equipe de campanha tentará estabelecer regras diferentes que permitam a ela responder com mais frequência os questionamentos que sofrer. E que fique entendido quanto ao direito de resposta que ele não deve abarcar somente ataques diretos à pessoa. Um ataque ao governo deve ser compreendido como um ataque a ela.

Lula: dilema parecido

O dilema é o mesmo do presidente Lula. Líder nas pesquisas e disputando a reeleição, Lula sabe que caso participe de um debate será alvo de todos os demais candidatos, que irão se unir para atacá-lo e para atacar seu governo. No caso de Lula, com um detalhe a mais com relação a Celina: todos os seus adversários estão mais próximos do campo da direita, contrários, portanto, às linhas gerais do seu governo.

Flávio

Flávio entra, então, num dilema paralelo. Tem dito que participa do debate se Lula também participar. O que deixa implícito que, no caso contrário, tende a não ir. E, no fundo, sua razão é a mesma. Sem Lula, Flávio sabe que ele é que será o foco dos ataques. Ele é o nome que os demais precisam tirar do segundo turno para disputar com Lula.

Pesos

Os candidatos que lideram e têm partidos maiores reclamam que os debates colocam todos os concorrentes no mesmo patamar, ao contrário dos modelos tradicionais de propaganda de TV, onde os partidos e coligações maiores têm mais tempo que os menores. Tornam-se, então, uma vitrine atraente para quem está atrás nas pesquisas.

Riscos maiores

Para quem está à frente, os riscos são bem maiores. O problema fica para o eleitor, porque o debate é o único espaço no qual o candidato não tem controle absoluto da situação. Para o eleitor compreender de fato o quanto cada candidato está preparado para governar e enfrentar adversidades, não há espaço melhor.

Obrigatório

Há até quem defenda que o debate deveria ser obrigatório. O problema é que há muitos debates previstos. Os candidatos reclamam dessa quantidade. Quem defende a obrigatoriedade, defende um modelo que existiu em algumas eleições no passado: que os debates deveriam ser transmitidos por um pool de veículos.

Em pool

O debate no segundo turno na primeira eleição presidencial em 1989 foi transmitido por um pool das emissoras de TV. Há quem defenda que se deveria pensar em um modelo parecido e até mais formal. Uma organização da Justiça Eleitoral que viesse a ser transmitido em cadeia. Um no primeiro turno e um no segundo turno.

FHC

O TSE estabeleceria as regras, tanto sobre quem participaria quanto com relação à forma. Mas a questão da fuga dos debates não é nova. Se deu pela primeira vez em 1998. Candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso resolveu não ir aos debates, e eles acabaram não acontecendo. FHC foi reeleito no primeiro turno.



Pedido ocorre após o avanço das apostas no país

TCU apura uso de R\$ 5,7 bilhões de dinheiro esquecido

Valor está sendo usado pelo governo para custear o Desenrola 2.0

Por **Beatriz Matos**

O uso de R\$ 5,7 bilhões em valores esquecidos por clientes de instituições financeiras para garantir operações do Novo Desenrola Brasil abriu uma controvérsia sobre as contas públicas. O dinheiro foi transferido diretamente ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), sem passar pelo Orçamento da União, e o modelo entrou no radar do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os recursos estavam no Sistema de Valores a Receber (SVR), do Banco Central, e pertenciam originalmente a pessoas físicas e empresas. A legislação previa que valores não resgatados fossem incorporados ao Tesouro como receita orçamentária primária. Uma medida provisória editada para o novo Desenrola alterou esse caminho e permitiu a transferência direta ao FGO.

Para Renan Silva, economista e professor do Ibmecc Brasília, esse é o centro da discussão. “A MP do Desenrola 2.0 revogou esse trecho, permitindo que os valores fossem transferidos diretamente das instituições financeiras para o FGO, sem trânsito pelo Orçamento. Como as medidas provisórias têm força de lei

imediate, a operação está amparada juridicamente — mas está sujeita à confirmação pelo Congresso Nacional, que poderá alterá-la ou rejeitá-la.”

A diferença não é apenas contábil. Se o dinheiro passasse pelo orçamento, a receita seria registrada nas contas públicas e o aporte ao FGO teria de seguir as regras aplicáveis às despesas primárias. Com a transferência direta, os R\$ 5,7 bilhões não consomem da mesma forma o espaço permitido para gastos pelo arcabouço fiscal.

“Na prática, foi exatamente isso que o governo fez, ou seja, as instituições financeiras transferiram os recursos não resgatados diretamente ao FGO, mas a legalidade disso é o próprio objeto da investigação”, afirma Beny Fard, analista geopolítico e econômico e sócio da consultoria Segundo Minuto.

Segundo Beny Fard, caso o montante fosse formalmente incluído nas contas oficiais, haveria impacto no espaço fiscal disponível.

A Fazenda defende que o dinheiro mantém natureza privada mesmo após a transferência ao FGO. A controvérsia está justamente nesse ponto: se valores originalmente privados podem continuar com essa classificação.

ANDRÉ NAVES

Defensor Público Federal. Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social

Milei e os ataques à dignidade

Uma cena se repete nas ruas de Buenos Aires. Filas quilométricas diante das sedes da ANDIS — a agência nacional de deficiência da Argentina. Pessoas com deficiência, familiares, cuidadores, esperam horas para reivindicar o que lhes foi tirado: o benefício mensal que, para muitos, era a única fonte de renda para comer, morar, comprar medicamentos, pagar transporte adaptado. O benefício valia cerca de duzentos dólares. Mais de cem mil pessoas o perderam. Por decreto.

O presidente Javier Milei chegou ao poder brandindo uma motosserra. A metáfora nunca é neutra. Quando se empunha uma motosserra contra o Estado, corta-se carne viva. E a carne que sangra primeiro é sempre a dos mais vulneráveis. “A mais barata...”, como canta Elza Soares.

Segundo a Associated Press, os cortes em programas de terapia especializada afetam cerca de 5 milhões de pessoas na Argentina. Mais de 100 mil já perderam integralmente o benefício mensal de invalidez — dos 1,1 milhão de beneficiários que recebiam aproximadamente 200 dólares. O governo voltou ao critério medicalizado de “capacidade de trabalho” para avaliar quem merece ou não o benefício — exatamente aquele paradigma que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela própria Argentina em 2008, havia superado. Centros reduziram horários. Alguns pararam de servir refeições. Outros fecharam as portas. Medicamentos atrasam. Terapias são interrompidas.

O Congresso argentino reagiu. Ambas as casas derrubaram o veto presidencial à Lei de Emergência em Deficiência. No Senado, o placar foi de 63 a 7. Era a primeira vez em mais de vinte anos que um veto presidencial era superado na Argentina. Milei, porém, travou a implementação da lei, argumentando que seu impacto fiscal — cerca de 0,35% do PIB — ameaçaria o superávit. A matemática é reveladora: 0,35% do PIB é preço demais para a dignidade de milhões. Mas o superávit só pesou sobre as vidas que ele ignora.

O que se vê na Argentina é capacitismo institucional

escondido sob uma opção econômica. O governo não apenas cortou verbas: desumanizou publicamente as pessoas com deficiência. Oficiais questionaram o número de beneficiários, insinuando fraude em massa. O próprio presidente amplificou ataques nas redes sociais contra Ian Moche, um menino autista de 12 anos — contas alinhadas ao governo chegaram a publicar o endereço e o nome da escola da criança. Como disse o jornalista Gonzalo Giles, que tem deficiência: “Estão nos matando, não com balas, mas com decisões, com cortes, com decretos, com desculpas técnicas disfarçadas de necessidade e urgência.”

E há um detalhe sórdido: um escândalo de corrupção envolvendo a irmã do próprio Milei, supostamente recebendo propina de um acordo entre a ANDIS e uma empresa farmacêutica. Enquanto pessoas com deficiência eram acusadas de fraude e perdiam benefícios, quem lucrava era quem precarizava o sistema.

Há um argumento econômico que precisa ser frisado. Ao excluir pessoas com deficiência da vida social, econômica e cultural, não se promove eficiência. Promove-se empobrecimento. É um potencial criativo suprimido. Uma perspectiva única que deixa de contribuir para a inovação coletiva. Diversidade é vantagem competitiva. Quando um governo elimina programas que sustentam a inclusão, está reduzindo o quociente criativo de sua sociedade. A motosserra de Milei não corta apenas gastos. Corta futuros possíveis.

Penso em Piazzolla — “Balada para um loco”. O tango que fala de loucura, de paixão, de vida. Mas há uma loucura que não é poética: é a loucura de quem pensa que pode cortar a dignidade alheia sem cortar a própria humanidade. Saber sofrer y volver a vivir — sofrer e voltar a viver — é a sabedoria do tango. Mas voltar a viver exige condições materiais. Exige benefício. Exige terapia. Exige Estado presente.

Há poucos dias, Milei desembarcou no Brasil. Sua primeira visita ao país como presidente argentino não

foi uma visita de Estado. Foi um ato político-partidário em 24 de julho, segundo a Reuters. O homem que brande a motosserra contra os gastos públicos utiliza recursos do Estado argentino para cruzar fronteiras e participar de um rally eleitoral no exterior. O corte sempre recai sobre os mais vulneráveis. A regalia, sobre os poderosos. Esta é a lógica estrutural da austeridade.

Há, no Brasil atual, candidatos e lideranças políticas que batem palmas para Javier Milei. Há quem o apresente como modelo de coragem fiscal. Há, inclusive entre setores desavisados do próprio movimento de pessoas com deficiência, quem veja na retórica da austeridade uma promessa sedutora de modernidade. É preciso abrir os olhos. Pau que bate em Chico também bate em Francisco. A motosserra não tem pátria. O que acontece hoje em Buenos Aires pode acontecer amanhã em Brasília.

O Brasil possui uma legislação protetiva robusta — a Lei Brasileira de Inclusão, a Convenção da ONU com status de emenda constitucional. Mas leis não se sustentam sozinhas. Precisam de verbas, de instituições funcionais, de vontade política e de vigilância cívica. Quando candidatos enaltecem o modelo de um governante que vetou leis de proteção à deficiência e travou sua implementação mesmo após o Legislativo rejeitar o veto, que vilipendiou publicamente crianças autistas, estão dizendo onde sua tesoura cortará.

O equilíbrio fiscal é objetivo legítimo. Mas a questão não é entre austeridade e prodigalidade. É sobre que vidas a tesoura está disposta a sacrificar no altar dos números. A motosserra que corta verbas de pessoas com deficiência não está apenas mutilando orçamentos. Está mutilando o tecido social, reduzindo o potencial criativo de uma nação e ensinando a crueldade como método de governo.

Que todos aqueles que lutam pela Justiça e pela Inclusão Social saibam: a distância entre Buenos Aires e Brasília, em matéria de Direitos Humanos, é menor do que parece.

JOÃO ALBERTO GRAÇA

Advogado. Membro do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná

Reforma Tributária: transição exige conformidade, não punição

A possibilidade de que a aplicação efetiva das multas relacionadas às novas obrigações acessórias da Reforma Tributária seja postergada para 2027 reacendeu um debate que vai muito além do calendário fiscal. Em jogo está a forma como o Estado pretende conduzir a maior transformação do sistema tributário brasileiro desde a Constituição de 1988: pela orientação aos contribuintes ou pela punição imediata.

A discussão é especialmente relevante porque a complexidade da mudança não encontra paralelo na história recente da administração tributária nacional. A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou profundamente a tributação sobre o consumo ao substituir, de maneira gradual, PIS, Cofins, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A regulamentação foi consolidada pela Lei Complementar nº 214/2025, posteriormente complementada pela Lei Complementar nº 227/2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS, disciplinou o processo administrativo tributário do novo imposto e promoveu ajustes importantes nas regras de fiscalização, conformidade e sanções.

Na sequência, o Decreto nº 12.955/2026 regulamentou diversos dispositivos da legislação complementar, estabelecendo que parcela significativa dos procedimentos operacionais será disciplinada por atos normativos da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS. Em outras palavras, o novo sistema jurídico já existe, mas sua operacionalização ainda está em construção.

Essa distinção é fundamental. A legislação entrou em vigor, porém a implementação prática depende de uma extensa cadeia de providências técnicas: adaptação dos documentos fiscais eletrônicos, integração dos sistemas da União, dos Estados e dos Municípios, revisão dos cadastros fiscais, parametrização dos softwares de gestão empresarial, desenvolvimento de plataformas tecnológicas e publicação de inúmeros atos infralegais indispensáveis ao funcionamento cotidiano do modelo.

Difícilmente haveria ambiente mais inadequado para inaugurar um ciclo de fiscalização punitiva. Não por falta de obrigação legal dos contribuintes, mas porque o próprio Estado ainda está estruturando os instrumentos necessários para que essas obrigações possam ser plenamente cumpridas.

Essa percepção parece estar presente nas próprias administrações tributárias. A Receita Federal tem sinalizado que a primeira fase da implementação deve privilegiar uma política de conformidade orientada, permitindo que inconsistências sejam corrigidas antes da adoção de medidas sancionatórias. O Comitê Gestor do IBS, por sua vez, ainda terá papel decisivo na definição de diversos procedimentos essenciais para o funcionamento do novo sistema. Em âmbito local, algumas administrações seguem a mesma lógica. O Distrito Federal, por exemplo, divulgou cronograma oficial que trata 2026 como período de adaptação dos contribuintes às novas exigências da reforma.

Essa postura não representa qualquer flexibilização do dever de cumprir a legislação tributária. Ao contrário, constitui uma aplicação concreta de princípios estruturantes do Estado de Direito, como a segurança jurídica, a proteção da confiança legítima, a razoabilidade e a proporcionalidade. Não seria compatível com esses princípios exigir conformidade absoluta quando as próprias regras operacionais ainda se encontram em fase de consolidação.

Mais do que um período de tolerância, a transição deve ser compreendida como uma etapa de preparação. Empresas precisarão revisar cadastros, reconfigurar sistemas, validar critérios de crédito, testar documentos fiscais eletrônicos, capacitar equipes e fortalecer mecanismos internos de governança tributária. Trata-se de um investimento indispensável para reduzir riscos futuros e garantir a correta aplicação do novo modelo.

A própria experiência brasileira demonstra que grandes projetos de modernização tributária sempre

foram acompanhados por períodos de adaptação. Assim ocorreu com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), do eSocial e da EFD-Reinf. Em todos esses casos, a administração tributária priorizou fases de testes, ajustes e orientação antes da consolidação plena do regime sancionatório. Não há razão para que a maior reforma tributária das últimas décadas siga caminho diverso.

A cultura contemporânea de administração tributária também caminha nessa direção. Em diversas jurisdições, a fiscalização deixou de atuar exclusivamente sob uma lógica repressiva para incorporar mecanismos de conformidade cooperativa, nos quais Estado e contribuinte compartilham o objetivo de reduzir erros, aumentar a transparência e elevar os níveis de cumprimento espontâneo das obrigações fiscais. O sucesso do novo sistema brasileiro dependerá, em grande medida, da capacidade de incorporar essa mudança de paradigma.

A Reforma Tributária não será julgada apenas pelo desenho constitucional que instituiu CBS e IBS nem pela qualidade técnica de sua legislação complementar. Seu verdadeiro teste ocorrerá na implementação cotidiana, quando milhões de empresas precisarão adaptar seus processos e quando as administrações tributárias terão de demonstrar capacidade de coordenação entre os diversos entes federativos.

Nesse cenário, adiar a aplicação efetiva das penalidades não significa enfraquecer a fiscalização. Significa reconhecer que a conformidade nasce da previsibilidade, da orientação e da estabilidade normativa. A punição continua sendo instrumento legítimo e necessário, mas sua eficácia depende de um pressuposto elementar: que todos tenham condições reais de compreender e cumprir as novas regras.

Uma reforma dessa dimensão exige firmeza institucional, mas também maturidade jurídica. E maturidade, neste momento, significa compreender que orientar primeiro é, muitas vezes, a forma mais eficiente de fiscalizar depois.

CORREIO
ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



FUP defende transição energética gradual e justa

Petroleiros pedem Petrobras mais estatal e menor repasse

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) divulgou, nesta terça-feira (11), 50 propostas para o setor de óleo e gás no Brasil e para transição energética. A instituição pede o fortalecimento do papel da Petrobras, o aumento do controle estatal sobre a companhia, assim como a reestatização de refinarias e a redução de dividendos pagos aos acionistas da petroleira. Reunidos na FUP, os trabalhadores defendem, entre outras medidas, o retorno à obrigatoriedade da Petrobras como operadora única no regime de partilha em áreas do pré-sal brasileiro, conforme previsto originalmente na Lei nº 12.351 de 2010. A legislação original previa que a Petrobras teria, no mínimo, 30% de cada campo, sendo a responsável por conduzir os consórcios formados com outras companhias privadas.

INPC registra deflação em julho

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção anual de salários, fechou julho com deflação de 0,01%. No acumulado de 12 meses, o indicador está em 4,1%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A última vez em que o INPC registrou deflação foi em agosto de 2025 (-0,21%). No ano de 2026, o índice acumula alta de 3,5%.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Índice é utilizado para calcular reajuste anual de salários

Brasileiros têm mais de R\$ 5,1 bi esquecidos

Valores divulgados nesta terça-feira (11) pelo Banco Central (BC) mostram que há mais de R\$ 5,12 bilhões esquecidos em instituições financeiras brasileiras. Desse total, R\$ 3,76 bilhões pertencem a cerca de 22,66 milhões de pessoas físicas, e R\$ 1,35 bilhão a 2 milhões de pessoas jurídicas, de acordo com informações do Sistema Valores a Receber (SVR). Segundo o BC, dos mais de R\$ 20,93 bilhões que estavam esquecidos em instituições financeiras como bancos e consórcios, R\$ 15,81 bilhões foram sacados.

Em maio, foram retirados R\$ 427 milhões

Dos valores já devolvidos, R\$ 11,65 bilhões tiveram como destino 38,73 milhões de pessoas físicas, enquanto R\$ 4,15 bilhões foram destinados a 4,7 milhões de pessoas jurídicas. Os brasileiros sacaram, em junho, R\$ 340 milhões em valores esquecidos por clientes bancários no sistema financeiro. Em maio, foram retirados R\$ 427 milhões, valor ligeiramente inferior aos R\$ 483 milhões devolvidos em abril.

Produção de motos I

A indústria brasileira de motocicletas bateu recorde e alcançou o maior volume de produção para um mês de julho de sua história. Segundo balanço de terça (11) pela Abraciclo, 190.794 motocicletas foram produzidas em julho no Polo Industrial de Manaus, representando aumento de 36% em relação a julho de 2025 o e 45,8% ante junho.

Produção de motos II

Considerando-se o acumulado entre janeiro e julho deste ano, o setor também alcançou o seu melhor resultado desde 2008, com a produção de 1.254.191 motocicletas. “O desempenho registrado em julho reforça a trajetória positiva do nosso setor ao longo de 2026”, disse Marcos Bento, presidente da Abraciclo.

Inflação recua em julho I

Os alimentos ficaram mais baratos no mês de julho e ajudaram a inflação oficial a perder força pelo quarto mês seguido e fechar em 0,07%. O resultado faz o IPCA acumular 4,44% em 12 meses, trazendo o indicador de volta para a meta do governo. O IPCA de julho veio em linha com a estimativa do mercado financeiro.

Inflação recua em julho II

O boletim Focus desta segunda-feira (10), sondagem do Banco Central (BC) com instituições econômicas, projetava que a inflação de julho ficaria em 0,07%. Para o fim de 2026, o mercado espera IPCA em 5,02%. O comportamento dos preços fez com que o acumulado de 12 meses (4,44%) entrasse novamente na meta do governo.

Custos da cesta básica I

O preço pago pelo conjunto dos alimentos básicos apresentou queda em 26 capitais brasileiras em julho. Os dados estão na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e divulgada na segunda.

Custos da cesta básica II

Na comparação entre julho e junho deste ano, as maiores reduções ocorreram em Natal (-7,95%), Maceió (-7,87%), Belo Horizonte (-7,44%), Palmas (-7,38%) e Rio de Janeiro (-7,12%). Em Brasília, João Pessoa, Salvador, Fortaleza, Florianópolis e Cuiabá, a diminuição registrada ficou entre 6,71% e 6,04%.



Apesar do corte dos juros, o comitê afirma que o cenário exige prudência

BC aponta desaceleração da inflação, mas mantém alerta

Para Copom, redução da Selic busca convergência para centro da meta

Da Redação

A ata da reunião em que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa básica de juros (Selic) para 14% ao ano mostra que a decisão foi tomada em um ambiente de desaceleração da inflação, mas ainda marcado por incertezas.

As expectativas inflacionárias, segundo o documento divulgado pelo Banco Central na terça (11), permanecem elevadas em um cenário de riscos. O comitê avalia que a redução da taxa Selic é “compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta”.

Na avaliação, a instituição ressalta ainda que, além de contribuir para a estabilidade de preços, a decisão ajuda a atenuar oscilações da atividade econômica e favorece o pleno emprego.

Apesar do corte dos juros, o comitê afirma que o cenário exige prudência. A ata conclui que a política monetária vem contribuindo de forma importante para o processo de desinflação, mas destaca que a inflação continua pressionada pela demanda.

Por isso, o Banco Central entende que os juros ainda precisam permanecer em nível restritivo.

No cenário de referência

usado pelo Banco Central, a trajetória dos juros considera as projeções do Boletim Focus. Já a taxa de câmbio parte de R\$ 5,10 por dólar e evolui de acordo com a paridade do poder de compra.

O documento registra que a inflação ao consumidor desacelerou nas leituras mais recentes, mas continua acima do limite superior da meta.

Já os preços ao produtor apresentaram recuo, influenciados principalmente pelo comportamento da indústria extrativa, responsável pela obtenção de recursos naturais, como minérios, petróleo, gás natural e carvão.

Os diretores alertam que o crescimento do crédito direcionado e as incertezas em relação à estabilização da dívida pública têm potencial para pressionar as taxas de juros da economia.

Com relação ao cenário internacional, a ata avalia que as incertezas permanecem elevadas. Entre os fatores de preocupação estão os desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio e as dúvidas em relação à condução da política monetária em economias avançadas.

O comitê vê um ambiente marcado pela volatilidade nos preços de ativos financeiros e commodities.

ALEXANDRE MACIEIRA/RIOTUR



Santos Dumont, no Rio de Janeiro, segue sob gestão da Infraero

Infraero silencia sobre reestruturação e rumo da estatal

A Infraero vive uma redefinição de rumo, com a perspectiva de concentrar sua atuação em aeroportos regionais e deixar de participar de grandes concessões. A mudança foi detalhada pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Tomé Franca, em entrevista ao NeoFeed. A estatal, que chegou a administrar 66 aeroportos, hoje responde por apenas 23 terminais regionais e pelo Santos Dumont. Ainda mantém 49% de Guarulhos, Confins e Viracopos, participações que mostram o alcance da mudança. A coluna procurou a Infraero para saber se há um plano formal de reestruturação e confirmar essa nova orientação do governo. A resposta foi objetiva: “A Infraero não irá se manifestar sobre o assunto”. O silêncio deixa sem resposta questões importantes sobre o futuro de uma empresa que já comandou os principais aeroportos brasileiros.

Brasil propõe integração para cruzeiros

A coluna apurou que o Brasil se colocou à disposição de Uruguai, Argentina e Chile para desenvolver o mercado regional de cruzeiros. A proposta foi apresentada pelo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, em Punta del Este. “Se o Brasil cresce, o Uruguai, a Argentina e o Chile também crescem, e vice-versa”, disse. A área sanitária, na qual o Brasil é referência, entrou na pauta. Para 2026/2027, são previstos oito navios, 190 roteiros e 675 escalas, com passagens por Buenos Aires, Montevideu e Punta del Este.

DIVULGAÇÃO/MTUR



Ministros de Uruguai e Brasil em encontro em Punta del Este

Brasil e Uruguai unem turismo na fronteira

Brasil e Uruguai assinaram na última semana, em Punta del Este, um memorando para integrar o turismo nas regiões de fronteira. Firmado pelos ministros Gustavo Feliciano e Pablo Menoni, o acordo prevê rotas e experiências conjuntas, promoção de destinos, capacitação e melhoria da conectividade. A iniciativa se soma a estudo do Ministério do Turismo com a Unesco para mapear oportunidades e orientar investimentos nas divisas do Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, principal porta terrestre de turistas estrangeiros.

Fronteira é estratégica para impulso do turismo

O acordo mira um mercado que já tem escala. O Rio Grande do Sul recebeu mais de 1,2 milhão de turistas internacionais no primeiro semestre de 2025, e os uruguaios estão entre os principais fluxos terrestres. O desafio é transformar passagem em permanência, consumo e receita, com roteiros binacionais e experiências capazes de fazer da fronteira não apenas uma porta de entrada, mas também um destino.

Rock in Rio

A proximidade do Rock in Rio já aparece na malha aérea. A Azul registrou alta de 41% nas reservas para o Rio durante o festival, em comparação com o mesmo período de 2025. Entre 4 e 13 de setembro, a companhia prevê 990 voos no Santos Dumont e no Galeão, com oferta superior a 130,9 mil assentos em chegadas e partidas no período.

Parceria

Brasil e Filipinas assinam memorando para ampliar a cooperação em turismo e estimular o fluxo de visitantes. O acordo prevê promoção de destinos, intercâmbio de informações e ações conjuntas. No primeiro semestre de 2026, o Brasil recebeu 3.311 turistas filipinos, número ainda pequeno diante do potencial entre os dois mercados.

Sem visto

Brasileiros poderão continuar viajando ao Japão sem visto para estadias de até 90 dias. O acordo de isenção, em vigor desde 2023, foi prorrogado até 2029 e também beneficia japoneses que visitam o Brasil. A medida facilita viagens de turismo e negócios e acompanha a aproximação entre os dois países nos fluxos de pessoas e comércio.

Pescaria

O turismo de pesca brasileiro ganhou vitrine internacional no Fishing Show Brazil 2026, realizado em São Paulo. A Embratur apresentou destinos e experiências ligadas à pesca esportiva, segmento com potencial para atrair viajantes de maior permanência e gasto. A estratégia busca ampliar a presença do Brasil nesse nicho no exterior.

Enoturismo

São Paulo recebe, nesta quinta-feira (13), o I Fórum de Enoturismo e Gastronomia das Américas, no WTC Events Center. O encontro, realizado em colaboração com a ONU Turismo, reunirá governos, produtores, chefs e empresários para discutir rotas do vinho, geração de renda e integração do turismo com a produção rural no continente.

Recorde

O Parque Nacional do Iguaçu recebeu 263,1 mil visitantes em julho e registrou o maior movimento mensal da história. O resultado ficou 20% acima do mesmo mês de 2025 e foi impulsionado pelas férias, pela ampliação da operação e por ações de promoção. Em 2025, o parque já havia superado a marca de 2 milhões de visitantes.

DIVULGAÇÃO/EQUIPOTEL



Eventos de negócios movimentam o turismo corporativo brasileiro

Brasil lidera avanço global em viagens de negócios

Gastos corporativos devem crescer 13,8% no país em 2026

Da **Redação**

O Brasil deve registrar em 2026 o maior crescimento nos gastos com viagens corporativas entre os 15 principais mercados do mundo. A projeção, de 13,8%, é da Global Business Travel Association (GBTA) e coloca o país à frente de Austrália (11,5%), Coreia do Sul (11,3%), Turquia (10,9%) e Japão (10%). O mercado brasileiro deve movimentar US\$ 35,8 bilhões no ano.

A liderança, porém, ocorre em um cenário no qual o dinheiro avança mais rápido que o número de viagens. A GBTA estima que os gastos globais com deslocamentos a trabalho chegarão ao recorde de US\$ 1,71 trilhão em 2026, alta de 7,2%. Já o volume de viagens deve crescer apenas 1,3%, para 1,84 bilhão. A diferença evidencia o peso do encarecimento de transportes e outros custos sobre o desempenho do setor.

O relatório aponta quatro forças: crescimento econômico ainda resiliente, investimentos empresariais, incerteza geopolítica e custos elevados de deslocamento. Nos Estados Unidos, pesam os investimentos em inteligência artificial e tecnologia. No Brasil, a alta dos preços de

energia é citada como fator de sustentação da atividade econômica. Na Argentina, a maior estabilidade ajuda a impulsionar a recuperação regional.

Os números também mostram uma mudança no comportamento das empresas. As viagens continuam relevantes, mas são avaliadas com mais rigor quanto ao custo, à produtividade e ao retorno. Em 2025, os gastos globais já haviam crescido 8,4%, para US\$ 1,59 trilhão, acima do previsto pela entidade. Para hotéis, companhias aéreas, agências, centros de convenções e destinos especializados no turismo de negócios, o avanço brasileiro abre espaço para receitas. Ao mesmo tempo, a expansão não deve ser lida apenas como aumento de demanda: parte importante do crescimento financeiro decorre de viagens mais caras.

A GBTA projeta que o mercado mundial ultrapassará US\$ 2 trilhões até 2030. O Brasil aparece não como o maior mercado, mas como o que mais cresce entre as principais economias do setor — uma posição que amplia as oportunidades, mas também exige competitividade para transformar gasto em resultado para a cadeia do turismo.

REPRODUÇÃO/TCU



Pedido ocorre após o avanço das apostas no país

Ministério Público pede ao TCU investigação sobre danos das bets

O Ministério Público pediu que o Tribunal de Contas da União(TCU) investigue os danos provocados pelas plataformas de apostas on-line, as chamadas bets. A representação busca avaliar os impactos econômicos e sociais da atividade e a atuação do poder público na prevenção e no enfrentamento dos problemas relacionados ao setor. O pedido ocorre após o avanço das apostas no país e a identificação de efeitos sobre o orçamento das famílias, o endividamento e a saúde mental dos apostadores. O TCU já realizou levantamentos sobre os impactos das bets na saúde mental e acompanha medidas adotadas pelo governo para fiscalizar o segmento. Em 2025, a Corte também analisou movimentações de beneficiários do Bolsa Família para empresas de apostas. Agora, o MP quer que o tribunal avalie a extensão dos prejuízos e a eficácia das políticas públicas destinadas a reduzir esses impactos.

STJ autoriza pensão sobre salário mínimo

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o juiz pode fixar antecipadamente um percentual do salário mínimo para a pensão alimentícia em caso de desemprego ou trabalho informal do alimentante. A Corte restabeleceu decisão que havia estabelecido o pagamento de 54% do salário mínimo nessas situações. Para a relatora, ministra Nancy Andrighi, a medida garante a continuidade da pensão e evita a necessidade de uma nova ação judicial diante de mudanças na renda do responsável.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Corte estabeleceu o pagamento de 54% do salário mínimo

Reajuste de custas e emolumentos pelo INPC

O Tribunal Superior do Trabalho apresentou o PL 4.919/2026, que prevê a atualização anual, pelo INPC, das custas e emolumentos da Justiça do Trabalho. Hoje, as custas são de 2% sobre o valor da causa, acordo ou condenação, com mínimo de R\$ 10,64. Pela inflação acumulada de 4,33% em 12 meses até junho, o piso iria a cerca de R\$ 11,10, em uma simulação. O projeto também cria o Fundo Especial da Justiça do Trabalho (FEJT), que poderá financiar tecnologia, capacitação, manutenção e obras nos tribunais.

Justiça Eleitoral terá R\$ 13,9 bi em 2027

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para 2027, no valor de R\$ 13,9 bilhões. O montante inclui despesas do TSE, dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e o repasse do Fundo Partidário. A proposta será enviada ao Ministério do Planejamento para integrar o PLOA de 2027, que será analisado pelo Congresso Nacional agora.

OAB nos estados I

O presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, recebeu representantes da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados para discutir o fortalecimento da atuação conjunta e a ampliação da presença da entidade nos estados. Simonetti também foi convidado para a primeira conferência da federação, em novembro, em Brasília.

OAB nos estados II

A reunião contou com dirigentes da OAB Nacional e representantes de institutos do Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Entre os temas tratados esteve o fortalecimento do diálogo institucional e de pautas ligadas à advocacia e ao Direito. A entidade reúne institutos de diferentes estados brasileiros.

Defensoria na ocupação I

Willian Fernandes tomou posse popular como ouvidor-geral da Defensoria Pública da União (DPU) para o biênio 2026-2028, em cerimônia realizada na Ocupação Quilombo Saracura, no centro de São Paulo. Movimentos sociais e lideranças comunitárias participaram do evento, que destacou a aproximação da instituição com a população.

Defensoria na ocupação II

A defensora pública-geral federal, Tarcijany Linhares, afirmou que a Ouvidoria Externa representa a participação da sociedade na Defensoria e transforma demandas de grupos vulnerabilizados em serviços e políticas públicas. Fernandes defendeu a presença dos movimentos sociais na gestão e destacou a necessidade de ampliar essa atuação.

Perda de patente I

O Superior Tribunal Militar (STM) decidiu, por maioria, declarar indigno para o oficialato um 2º tenente reformado do Exército e determinar a perda do posto e da patente. Ele foi condenado pela Justiça comum do Maranhão a quase seis anos de prisão por transmitir intencionalmente HIV a duas ex-companheiras. A decisão foi tomada pelo Plenário da Corte.

Perda de patente II

Segundo o STM, a conduta violou princípios éticos e morais das Forças Armadas e comprometeu o decoro militar. A defesa alegou desproporcionalidade da medida, ressaltando que os crimes ocorreram na vida privada e que o oficial é inválido, tem sequelas neurológicas e necessita de cuidados. Dois ministros divergiram da maioria e votaram contra.

DEPOSIPHOTOS



Dívida com precatórios do Estado chega a quase 3% do PIB

Estudo mostra que Brasil é o país que mais processa o Estado

Alto grau da litigância gera uma dívida de R\$ 330 bilhões em precatórios

Por Beatriz Cicci

Uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) revelou que o Brasil é o país onde os cidadãos mais recorrem à Justiça em disputas contra o Poder Público. Esse alto nível de litigância resultou em uma dívida de R\$ 330 bilhões em precatórios, valor equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

A pesquisa evidencia os nove temas que concentram a maioria dos processos judiciais. Entre eles, a litigância previdenciária se destaca, responsável por quase metade dos processos em 2025 (45,1%). Em seguida, encontra-se a litigância envolvendo interesses de servidores públicos (21,8%), questões tributárias (11,5%), trabalhistas (6,5%), contratuais (4,9%), de responsabilidade civil (4,0%), saúde (3,9%), educação (1,4%), trânsito (0,5%), ambientais (0,4%) e de desapropriação (0,2%).

O levantamento, que recolheu dados até março de 2025, registrou 10,6 milhões de processos pendentes na Justiça. O resultado dessa alta judicialização é uma enorme dívida governamental perante os brasileiros.

Segundo o coordenador do relatório de pesquisa, Rogério Bastos Andrade, ci-

tando dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em dezembro de 2025, o país devia cerca de R\$ 330 bilhões a atores privados da sociedade brasileira por meio do pagamento de precatórios.

O estudo analisou outros cinco países — México, Argentina, França, Estados Unidos e Alemanha —, além da média da União Europeia. Entre eles, Arantes destaca que a taxa de litigância brasileira é “incomparável”.

A pesquisa revela que, segundo dados de 2022, a cada mil habitantes, há 35,6 processos pendentes no Brasil. A Alemanha, em segundo lugar, apresenta oito processos pendentes por mil habitantes. Dessa forma, a média brasileira ultrapassa significativamente a da União Europeia e a de todos os outros países incluídos no relatório.

O especialista explica que essa taxa de litigância extraordinária ocorre devido, primeiramente, às reformas previstas na Constituição de 1988 que ampliaram o acesso à Justiça. Também é resultado de uma série de incentivos que favorecem a judicialização de conflitos – como a gratuidade da justiça, assistência jurídica gratuita, cortes constitucionais, juizados especiais para conflitos menores e defensorias públicas.



Manchas vermelhas no rosto e orelha são principais sintomas

Sarampo: entenda sintomas, riscos e quando se vacinar

Em junho deste ano, o Ministério da Saúde emitiu um alerta sobre o risco iminente de reintrodução e de disseminação do sarampo no Brasil em razão do fluxo intenso de viajantes para a Copa do Mundo 2026. A nota técnica citava um cenário de alta transmissibilidade da doença nas Américas. “Há um risco iminente de reintrodução do sarampo no Brasil após o retorno desses viajantes ou da chegada de estrangeiros, porventura infectados.” No mesmo mês, a pasta recomendou a aplicação da chamada dose zero da vacina tríplice viral em crianças de 6 meses a 11 meses. O objetivo era reforçar a proteção contra o sarampo na faixa etária considerada mais suscetível à infecção e a formas graves. À época, a zona norte de São Paulo registrava três casos da doença em crianças menores de 2 anos. Atualmente, a Secretaria de Saúde de São Paulo já confirma pelo menos 23 casos em 2026.

Brasileiros poderão ver eclipse solar online

Um eclipse solar total vai acontecer nesta quarta-feira (12) e poderá ser visto no Hemisfério Norte, principalmente em países como Espanha e Portugal. O fenômeno não será visível no Brasil, nem mesmo de forma parcial, mas o Observatório Nacional (ON) anunciou uma transmissão ao vivo do eclipse através das suas redes sociais, com início a partir das 12h de quarta-feira.

O pico do eclipse está previsto para às 14h, e deve ser visto também em países como Rússia, Islândia e Groenlândia.



Fenômeno só será visível no Hemisfério Norte

O perfil dos 46 milhões de estudantes

Na terça-feira (11), foi celebrado o Dia do Estudante. Para conhecer o retrato de quem ocupa as salas de aula pelo Brasil, os dados do Censo Escolar são a principal referência: o país tem 46 milhões de matrículas na educação básica, das quais 10,1 milhões são de alunos em tempo integral. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar 2025 demonstra também que o ensino fundamental é a maior etapa de toda a educação básica, com 25,8 milhões de matrículas.

Censo vê equilíbrio nos números

O perfil dos estudantes da educação básica é equilibrado: são 23,2 milhões (50,6%) de meninos matriculados e 22,7 milhões (49,4%) de meninas. Na divisão por etapas, a educação infantil (creche e pré-escola) soma 9,2 milhões de matrículas. Já o ensino médio concentra 7,3 milhões de matrículas. A educação profissional é outra etapa apurada no Censo Escolar 2025. O segmento reúne 3,1 milhões de matrículas.

Primeira infância I

Profissionais da educação, da saúde, da assistência social, além de cuidadores e cidadãos interessados em temas relacionados ao desenvolvimento integral das crianças podem acessar gratuitamente a Plataforma de Cursos Primeira Infância, disponível no portal do Ministério da Educação (MEC). A ferramenta reúne formações on-line.

Primeira infância II

A iniciativa faz parte da Política Nacional Integrada da Primeira Infância.

Atualmente, a plataforma disponibiliza 34 cursos ativos, ofertados por ministérios, instituições públicas e entidades parceiras. Os conteúdos abordam educação, saúde, assistência social, direitos humanos e desenvolvimento infantil.

Nuvem Soberana I

O Ministério da Saúde inicia, nesta terça-feira (11), a Jornada para a Nuvem Soberana do SUS, estratégia desenvolvida em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para ampliar progressivamente a soberania digital sobre a infraestrutura que sustenta dados, sistemas e serviços digitais de saúde.

Nuvem Soberana II

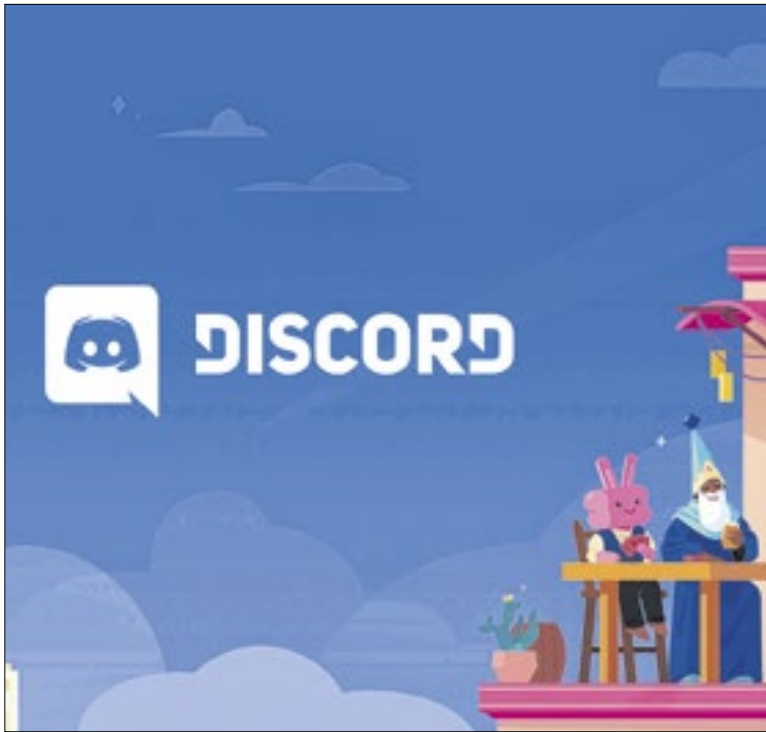
Com isso, o Brasil será um dos únicos países com soberania sobre dados públicos do setor e, pela primeira vez, dados do SUS serão armazenados e processados em território nacional, submetidos exclusivamente à legislação brasileira. “É a garantia da soberania dos dados da área da saúde”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Programas de residência

Foram reabertas as inscrições para instituições de ensino criarem novos programas de residência médica e em área profissional da saúde, ou ampliarem vagas nos programas. As solicitações podem ser feitas até 30 de agosto e 31 de agosto, pelos sistemas da Comissão Nacional de Residência Médica e Nacional de Residências em Saúde.

Inscrições abertas

Criado em parceria com o Ministério da Educação, o Pró-Residência é um programa que tem o objetivo de financiar bolsas e formar especialistas em áreas e regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS). A inscrição no programa pode ser realizada a qualquer momento, sem prazo fixo, através do SIG-Residências.



AGU disse que vai analisá-la em parceria com os demais órgãos federais

Discord entrega à AGU proposta para reforçar segurança

Medida vem após caso de live que induziu menina a tirar a vida

Da **Redação**

A empresa Discord, dona do aplicativo de comunicação de mesmo nome, entregou à Advocacia-Geral da União (AGU) uma proposta prevenindo a adoção de medidas destinadas a reforçar a segurança de seus usuários no ambiente digital, especialmente crianças e adolescentes.

Segundo a AGU informou em nota na tarde desta terça-feira (11), representantes da companhia apresentaram a proposta nesta segunda-feira (10) – quatro dias após terem se reunido com servidores da AGU, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para tratar de falhas na verificação da idade dos usuários do aplicativo e na proteção de menores de 18 anos de idade.

A AGU não detalhou os termos da proposta, mas destacou que vai analisá-la em parceria com os demais órgãos federais.

“A partir da avaliação das medidas, procedimentos e mecanismos apresentados pela empresa, a AGU examinará a possibilidade de avançar na construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com compromissos, obrigações, mecanismos de acompanhamento e

prazos destinados à adequação da plataforma às exigências [legais] brasileiras”.

Ainda segundo o órgão, a busca por uma solução consensual não afasta a possibilidade da União adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para garantir o cumprimento da legislação e a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

A reunião da última sexta-feira foi agendada após a repercussão do caso de uma adolescente de 13 anos que foi induzida a tirar a própria vida durante uma live transmitida em tempo real por canais do Discord, em 22 de julho. A situação foi investigada na Operação Lívia. Durante a reunião da semana passada, os representantes da empresa manifestaram disposição para cumprir as exigências legais e corrigir quaisquer falhas identificadas.

De acordo com a AGU, “a identificação de falhas nos mecanismos de verificação de idade e de proteção”, previstos na Lei 15.211/2025, o chamado ECA Digital, “suscitaram preocupações quanto à efetividade das medidas adotadas pela Discord para prevenir o acesso e a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco no ambiente digital”.

CORREIO
CENTRO-OESTE

RODOLFO WARD/FAC/UNB



O projeto acompanhou o modo de vida na Chapada dos Veadeiros

Estudantes da UnB registram cotidiano e saberes de quilombo

O projeto de extensão CerrAmazon, da Universidade de Brasília (UnB), concluiu a primeira etapa de campo na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, após visitas aos territórios do Sertão e do Quilombo Povoado Moinho. Os estudantes realizaram entrevistas, registros fotográficos e gravações para um filme, com consentimento e autorização das comunidades. A equipe documentou histórias, saberes e modos de vida, além de relações entre memória, território e arte. A visita ao Sertão ocorreu em parceria com o projeto de extensão Chapada Conecta e identificou ligações entre os dois territórios, onde famílias mantêm vínculos. No Quilombo Povoado Moinho, comunidade com mais de 250 anos de história e cerca de 500 habitantes, as entrevistas abordaram as formas de preservação da memória e de fortalecimento da identidade local.

Projeto da CLDF atende 1,2 mil crianças neste mês

Cerca de 1,2 mil crianças de quatro a seis anos de idade participam, neste mês, do Projeto Infância Cidadã, promovido pela Escola do Legislativo do Distrito Federal (Elegis). A programação integra o Programa Conhecendo o Parlamento e será realizada nesta semana e no próximo dia 25, das 8h às 11h e das 14h às 17h na CLDF. As atividades incluem oficinas, piquenique educativo, visita guiada e apresentação teatral da Companhia Camerata Caipira. O tema será “Cerradania”, que reúne cidadania e preservação do Cerrado.

ÂNGELO PIGNATON/AGÊNCIA CLDF



Atividades abordam cidadania e preservação do Cerrado

DF: Hospital de Base recebe Megabazar até sexta

O estacionamento do Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF) recebe o Megabazar da Rede Feminina de Combate ao Câncer até sexta-feira (14). A ação reúne mais de 15 mil itens, como roupas, calçados, brinquedos, acessórios e artigos para o lar. Pela primeira vez, o evento ocorrerá durante toda a semana. A arrecadação será destinada às atividades da Rede Feminina, que oferece acolhimento e suporte a pacientes em tratamento contra o câncer. Os produtos estão em bom estado e podem ser pagos em dinheiro, Pix, cartão de débito ou crédito.

CLDF analisa a Política de Combate ao Racismo

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) irá analisar nesta quarta-feira (12) o Projeto de Lei nº 1104/2024, que institui a Política de Combate ao Racismo nas competições desportivas escolares no âmbito do DF. A proposta é de autoria do deputado distrital Fábio Felix (PSol) e tem como relator o distrital Ricardo Vale (PT).

Anápolis Fashion Week

A prefeitura de Anápolis (GO) realiza hoje (12), às 19h30, no Teatro Municipal, a Quarta Cultural. A entrada é gratuita, conforme a lotação do espaço. A programação inclui o 7º Anápolis Fashion Week, com exposição de figurinos, apresentações de dança, teatro e desfile de marcas e estilistas locais. A iniciativa reúne moda, arte e cultura.

Canil municipal em debate

A Justiça de Mato Grosso negou, em segunda instância, o pedido do Ministério Público (MPMT) para bloquear R\$ 15 milhões das contas de Cuiabá (MT). A decisão manteve o entendimento da Vara Especializada do Meio Ambiente de Cuiabá e apontou a necessidade de novas provas sobre as políticas de proteção e bem-estar animal.

Corumbá x Campinas

A conexão aérea entre Corumbá (MS) e Campinas (SP), operada pela Azul Linhas Aéreas, foi ampliada até 30 de novembro. A mudança ocorreu após uma articulação entre a prefeitura de Corumbá, a Associação das Empresas de Corumbá (Acic) e o governo de Mato Grosso do Sul. As negociações seguem para manter a rota após novembro.

Operação Simulatio

O Ministério Público de Goiás (MPGO) deflagrou ontem (11) a Operação Simulatio, que investiga fraudes em licitações e contratações diretas. O esquema teria causado mais de R\$ 14 milhões em prejuízo aos cofres públicos. Além de quatro afastamentos, foram cumpridos três mandados de prisão e outros 44 de busca e apreensão em Goiás e São Paulo.

Saúde informatizada

A prefeitura de Cuiabá (MT) concluiu, nesta semana, a informatização de 100% dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) da rede municipal de saúde pública. A medida contribuirá para a organização dos atendimentos, a regulação dos pacientes e o acompanhamento dos dados da assistência com maior celeridade e facilidade.

Festival do Idoso

A prefeitura de Campo Grande (MS) realiza hoje (12), às 13h30, a 4ª edição do Festival do Idoso no Sistema Único de Assistência Social (FestSuas), no Centro de Convivência de Idosos (CCI) Vovó Ziza. O encontro reúne usuários de 21 unidades e inclui a mostra cultural “Meu Bairro, Minha História”, em celebração aos 127 anos da cidade, com atividades.



Iniciativa amplia acesso à informação e orienta jovens sobre eleições

Projeto no DF estimula voto consciente entre jovens

Campanha busca ampliar participação da juventude do DF na política

Por Isabel Dourado e Beatriz Cicci

Nesta quarta-feira (12), Dia Internacional da Juventude, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) lança, em formato digital, a campanha Perifa nas Urnas. A iniciativa busca incentivar a participação dos jovens na política e reúne propostas elaboradas por centenas de moradores das periferias do Distrito Federal. O projeto também pretende estimular o voto consciente e ampliar o envolvimento da juventude no processo eleitoral.

O ponto central da campanha é o lançamento de uma carta-manifesto com propostas ao Governo do DF, à Câmara Legislativa, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Ao longo de dois anos de formação e mobilização promovidos pelo Inesc, 150 adolescentes periféricos de diversas regiões do DF contribuíram para a criação do documento.

A carta apresenta as prioridades da juventude, assim como uma série de reivindicações voltadas ao enfrentamento das desigualdades e à ampliação do acesso a direitos.

Entre os temas apresentados, destacam-se os de saúde, saúde mental, assistência social, educação, cultura, mobilidade urbana, participação social, segurança, esporte, lazer e

meio ambiente – sob o escopo do combate às desigualdades sociais entre o centro e as periferias.

Para a assessora política do Inesc, Thallita Oliveira, o projeto Perifa nas Urnas amplia a participação dos jovens na construção de propostas de políticas públicas.

“A Perifa nas Urnas parte de um princípio de que ninguém conhece melhor os desafios das periferias do que quem vive nesses territórios. As propostas apresentadas na campanha são fruto de um processo coletivo de formação e participação que coloca adolescentes e jovens como sujeitos da construção das políticas públicas, e não apenas como seus destinatários.”

A carta defende a ampliação da atenção básica e da saúde mental nas periferias, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a expansão dos cursinhos populares, o fim da militarização das escolas públicas, o aumento dos investimentos em cultura, a preservação ambiental e a criação de mecanismos de participação social das juventudes.

A iniciativa do Instituto visa ampliar o acesso à informação, orientando os jovens sobre o processo eleitoral, o funcionamento da política brasileira e a importância do voto consciente e informado.

DF: grupo fraudava faturas de energia elétrica

PCDF desarticulou organização que simulava a quitação de contas atrasadas e distribuía os valores

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou ontem (11) a Operação “Crédito Nero” para desarticular um grupo suspeito de fraudar faturas de contas de energia elétrica e lavar valores obtidos com o esquema.

Cerca de 100 policiais cumpriram 18 mandados de busca e apreensão em Águas Lindas (GO), São Sebastião (DF), Recanto das Emas (DF), Samambaia (DF), Taguatinga (DF) e Sobradinho (DF).

Também foram expedidos cinco mandados de prisão preventiva contra suspeitos apontados como articuladores e operadores financeiros.

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 1 milhão em contas e ativos financeiros.

A apuração começou após um condomínio do Lago Norte (DF) registrar uma ocorrência em maio de 2024. Segundo a investigação, um intermediário ofereceu quitar as contas em atraso com desconto, alegando possuir créditos junto à concessionária. Após efetuar os pagamentos via PIX, o condomínio descobriu que os débitos continuavam abertos. O prejuízo foi calculado em mais de R\$ 345 mil.

Segundo a PCDF, o intermediário repassava o dinheiro a dois articuladores de São Sebastião. Eles teriam usado informações falsas e inserido dados irregulares no sistema da concessionária para simular a quitação. Depois, os recursos eram distribuídos entre contas de terceiros e empresas de fachada.

A análise financeira localizou outras vítimas e movimentações superiores a R\$ 10 milhões entre pessoas físicas e jurídicas ligadas ao grupo. Segundo a corporação, o montante não era compatível com os rendimentos declarados à Receita Federal.

Os envolvidos são investigados, em tese, por estelionato, inserção de dados falsos em sistema de informação, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Se condenados, as penas somadas podem superar 30 anos.

TEM SEMPRE UMA
SALA VIP PERTO
DE VOCÊ!

No Aeroporto de Brasília você pode
escolher entre cinco Salas VIP para
aguardar o seu voo.

Aeroportos
VIP
CLUB

SALA VIP DOMÉSTICA

SALA VIP EXPRESS SUL

SALA VIP EXPRESS NORTE

SALA VIP INTERNACIONAL

SALA VIP BRB EXCLUSIVA PARA CLIENTES BRB

Acesse o QR Code e confira
os serviços e as condições
de acesso de cada uma.

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



O Fundo Garantidor de Créditos também enfrenta obstáculos

Impasse contábil trava socorro ao BRB antes da reunião no STF

A audiência de conciliação marcada pelo ministro Luiz Fux para amanhã (13), às 16h15, ocorre em meio a um impasse técnico que impede qualquer avanço no empréstimo de R\$ 6,6 bilhões solicitado pelo Governo do Distrito Federal ao Fundo Garantidor de Créditos para socorrer o BRB.

O fundo informou ao Supremo Tribunal Federal que não recebeu as demonstrações financeiras auditadas de 2025 e do primeiro semestre de 2026, documentos obrigatórios para avaliar a real situação do banco e atestar a suficiência do valor pedido. Sem esses dados, o FGC afirma estar impedido de deliberar sobre a operação, o que torna a reunião insuficiente para destravar o processo. A governadora Celina Leão (PP) declarou que publicar o balanço antes do aporte levaria à liquidação do BRB, criando um paradoxo: o fundo só pode analisar o crédito com os números completos, enquanto o GDF sustenta que só pode divulgar os dados após a assinatura do empréstimo. O FGC também destacou que não é parte do acordo costurado no STF e que não houve qualquer sinalização positiva ou vinculação formal à proposta apresentada pelo governo distrital. A divergência entre as exigências técnicas e a estratégia política do GDF mantém o processo travado, independentemente da audiência marcada.

De graça: Regina Casé traz solo ao CCBB

O CCBB Brasília apresenta nos dias 25, 26 e 27 de agosto (de terça a quinta da próxima semana) o solo ‘Viva! Vida!’, escrito por Estevão Ciavatta Pantoja e dirigido por Daniela Thomas, com entrada franca e sessões às 19h no jardim do centro cultural. Regina Casé conduz o público por uma jornada que atravessa bilhões de anos, da formação geológica do planeta à vida hiperconectada atual, em narrativa que combina ciência, espiritualidade e meio ambiente. A classificação é livre, a duração chega a 90 minutos e a retirada de ingressos ocorre sempre no dia anterior, ao meio-dia, com capacidade para mil pessoas sentadas. A cenografia de Daniela Thomas utiliza painéis de LED desenvolvidos pelo estúdio Radiográfico, ampliando a experiência visual. A trilha de Amaro Freitas adiciona camadas sonoras ao percurso, enquanto o figurino assinado por Cláudia Kopke reforça a estética do espetáculo. O projeto reúne ainda colaborações de cientistas e criadores que integram diferentes saberes na construção da obra.



Regina Casé volta aos palcos no jardim do CCBB Brasília

Garantias dadas pelo BRB seguem indefinidas

Além do impasse contábil, a estrutura de garantias exigida pelo Fundo Garantidor de Créditos enfrenta obstáculos adicionais. A Caixa Econômica Federal não poderia participar como garantidora porque o DF está inadimplente na prática, devido à dívida do Centro Administrativo (Centrad), obra que deixou pendências superiores a R\$ 700 milhões com o banco público e outras instituições envolvidas. Sem a Caixa e sem manifestação de interesse de bancos privados, a operação não atende ao modelo previsto no acordo discutido no STF.

Paralelamente, o GDF anunciou ter alcançado nota “A” na Capacidade de Pagamento com base em balanços internos do primeiro semestre, mas o Tesouro Nacional mantém o DF com classificação “C”, o que limita a contratação de crédito e gerou contestação de opositores. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, classificou como descabida a acusação de “inércia” feita pelo governo distrital e afirmou que o acordo em discussão é o único possível, cabendo ao BRB apresentar um plano de recuperação crível aos bancos.

Inflação de Brasília fica em 0,04% em julho

O IPCA de Brasília registrou variação de 0,04% em julho de 2026, segundo dados divulgados pelo IBGE, resultado próximo ao observado em julho do ano passado, quando o índice ficou em 0,01%. A taxa mensal representa desaceleração em relação a junho, quando a inflação havia alcançado 0,52%. No acumulado do ano, o IPCA da capital federal soma alta de 3,09%, e, em 12 meses, o índice chega a 4,56%. Seis dos nove grupos pesquisados apresentaram aumentos, com destaque para saúde e cuidados pessoais, que avançou 0,53% e respondeu por 0,08 ponto percentual do resultado. A maior influência veio dos planos de saúde, cuja variação reflete os reajustes autorizados pela ANS, com percentuais de até 5,11% para contratos posteriores à Lei nº 9.656/98 e de 5,52% e 6,20% para planos anteriores à norma. Também contribuíram as altas em produtos para pele, produtos para cabelo e hospitalização. O grupo habitação subiu 0,38%, impulsionado pela energia elétrica residencial, que avançou 1,50% em meio à vigência da bandeira tarifária amarela, além de aumentos no aluguel e na taxa de água e esgoto.



Banco de Brasília aguarda empréstimo de R\$ 6,6 bilhões

BRB volta ao centro do debate em sabatina com candidatos

Candidatos apresentam propostas para enfrentar crise do BRB e cobram balanço

Por Isabel Dourado

Após a governadora do Distrito Federal e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), ter chamado os outros candidatos ao GDF de “despreparados” e ter admitido que, se o balanço do Banco de Brasília (BRB) for divulgado antes do empréstimo de R\$6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ser destravado, o banco será liquidado, a crise do BRB voltou ao centro do debate durante sabatina feita pelo jornal Correio Braziliense, em Brasília nesta terça-feira (11).

A sabatina teve a participação dos seis candidatos ao Palácio do Buriti: Celina Leão (PP), José Roberto Arruda (PSD), Leandro Grass (PT), Ricardo Cappelli (PSB), Paula Belmonte (PSDB) e Kiko Caputo (Novo).

O candidato do PSD, Arruda, defendeu novamente uma reestruturação no BRB. Segundo ele, é necessário fechar as 19 agências do BRB fora de Brasília. Para Arruda, o governo está empurrando “com a barriga para deixar o BRB quebrar depois da eleição”.

“A preocupação que eu tenho é do atual governo estar empurrando com a barriga para deixar o BRB quebrar depois da eleição. Agora é uma certeza, porque o banco botou isso no papel pedindo

para publicar o balanço depois do pleito.”

Arruda também ressaltou a importância de estabelecer um diálogo com o governo federal para salvar o BRB.

Já Leandro Grass (PT) disse que o primeiro passo para recuperar o BRB é “transparência radical e absoluta”. “Pergunta para a Celina Leão: cadê a auditoria e cadê o balanço?”, questionou o candidato.

“Aliás, domingo, depois do debate [da Band], ela assumiu que não publicou o balanço porque se publicar o balanço ela não vai conseguir o empréstimo. Ou seja, quebraram o BRB e não querem assumir. E não apresentam solução viável para isso”, ressaltou.

A candidata do PSDB, Paula Belmonte, afirmou que o BRB foi usado como “um cantinho, uma salinha para fazer negócios”. “Colocaram o nosso BRB, que é o banco de desenvolvimento da nossa cidade, em uma situação de negócios”. Belmonte também defendeu o fechamento das agências do BRB que estão fora de Brasília.

Durante sua participação na sabatina, a governadora e candidata à reeleição, Celina Leão, rebateu as críticas dos outros candidatos e destacou que eles não apresentaram nenhuma proposta para o BRB.



MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada responde por suposta quebra de decoro após posts nas redes

Conselho de Ética da Câmara mantém processo contra Erika Hilton

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou, por 10 votos a 5, a continuidade do processo contra a deputada Erika Hilton (Psol-SP), alvo de pedido de cassação apresentado pelo partido Missão. A representação foi motivada por publicações da parlamentar nas redes sociais em resposta a ataques após sua eleição para a presidência da Comissão da Mulher. O relator, deputado Gilberto Silva (PL-PB), iniciará a investigação, e Erika poderá apresentar defesa e indicar testemunhas. O processo pode durar até 90 dias. Caso seja indicada punição grave, como suspensão ou perda do mandato, a decisão dependerá do plenário. O calendário eleitoral, porém, pode impedir a conclusão. Se o processo não for finalizado até o fim do mandato, em dezembro, a representação será arquivada. Além disso, cabe ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautar a votação no plenário.

MPSP propõe TAC ao Discord por conteúdo ilícito

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) encaminhou ao Discord no Brasil proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A iniciativa é conduzida pelo GAESP, pelas Promotorias da Infância e da Juventude da Capital e pelo CyberGAECO. O objetivo é aperfeiçoar mecanismos de prevenção e combate a ilícitos na plataforma, especialmente contra crianças, adolescentes, mulheres e animais. O procedimento apura conteúdo com violência sexual, maus-tratos e estímulo à automutilação de menores e tramita sob sigilo. A empresa analisa a proposta.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Objetivo é combater ilícitos contra crianças, adolescentes e animais.

Mais de 1,2 milhão de vagas em cursos de IA

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo oferece mais de 1,2 milhão de vagas gratuitas em cursos de inteligência artificial pelo Qualifica SP. O “IA para Todos”, em parceria com a StartSe, tem 1 milhão de vagas, quatro módulos e carga de quatro horas. Já o “Agentes de IA”, com a Salesforce, disponibiliza 250 mil vagas e tem 15h38 de duração. As inscrições são pelo Trampolim SP, com login gov.br. É necessário ser alfabetizado e morar no estado. Para o certificado, a frequência mínima é de 75%.

Inscrições nos vestibulares das universidades

As universidades de São Paulo têm inscrições abertas para vestibulares que oferecem vagas em cursos de ensino superior. A Unicamp recebe inscrições de 3 até 31 de agosto; a Fuvest, que organiza o vestibular da USP, terá inscrições de 17 de agosto a 9 de outubro; e a Unesp, de 4 de setembro a 20 de outubro. O Enem encerrou as inscrições em junho. Candidatos devem ficar atentos aos prazos e provas.

Candidatos ao Governo I

As atas das convenções partidárias disponíveis no sistema do TSE registram sete candidatos ao governo de São Paulo nas eleições de 2026. Em ordem alfabética: Carlos Machado (PCB), Edjane Sousa (AGIR), Fernando Haddad (PT), Izadora Dias (PCO), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Vera Lúcia (PSTU) e Vivian Mendes (UP).

Candidatos ao Governo II

As candidaturas ainda precisam ser registradas e analisadas pela Justiça Eleitoral. A disputa, porém, vem sendo marcada pela polarização entre Tarcísio e Haddad: pesquisas recentes mantêm o governador à frente do petista. No levantamento Ideia/ACSP divulgado em 10 de agosto, Tarcísio aparece com 50,6%, contra 33,6% de Haddad.

Dinheiro e obras

Pesquisa Genial/Quaest mostra que 31% dos eleitores consideram a capacidade de levar emendas, recursos e obras aos estados o principal atributo para escolher candidatos ao Senado em 2026. Em seguida aparecem ser indicado por Lula (15%), defender o fim da escala 6x1 (13%) e ser independente da polarização (12%).

Tributação da Indústria

A Fiesp realizou na terça-feira (11) a quinta edição do seminário Tributação da Indústria na Jurisprudência do Carf. O encontro reuniu conselheiros, magistrados e especialistas para discutir o papel do órgão na resolução de disputas tributárias e os impactos da Reforma Tributária. Na abertura, Rafael Cervone defendeu segurança jurídica e clareza normativa.

Caiado e Kassab em SP

Os candidatos à Presidência da República e Vice, Ronaldo Caiado (PSD) e Gilberto Kassab (PSD), cumprem nesta quarta (12) duas agendas em São Paulo. Às 9h, participam de encontro promovido pela FETCESP, na Vila Maria, com representantes do setor de transporte de cargas. Às 11h, estarão no Clube Atlético Monte Líbano, para encontro do associativismo.

Frota de veículos

A frota ativa de veículos em São Paulo soma 27,65 milhões de unidades. Do total, 75,87% (20,98 milhões) têm licenciamento regular e 58,32% (16,12 milhões) possuem placas no padrão Mercosul. Automóveis representam 56,27% (15,56 milhões) da frota, seguidos por motocicletas, com 16,89% (4,67 milhões). Cerca de 39,3% têm até 20 anos.



BRUNO SPADA / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania DA Câmara durante reunião

CCJ da Câmara vota 26 projetos de deputados de SP nesta quarta

Pauta reúne saúde, segurança, telecomunicações, carros e radiodifusão

Da Redação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados tem na pauta desta quarta-feira (12) 108 propostas para discussão e votação. Desse total, 26 envolvem deputados federais de São Paulo, como autores ou relatores. A reunião está prevista para as 10h, no Plenário 1 do Anexo II, e inclui projetos sobre saúde, segurança, telecomunicações, importação de automóveis e radiodifusão.

Entre os projetos está o PL 9.595/2018, de Renata Abreu (Podemos), que cria o “Abril Marrom”, mês de conscientização e prevenção à cegueira. O PL 2.448/2022, de Sâmia Bomfim (PSOL), estabelece medidas de proteção a vítimas de assédio e importunação sexual em estádios de futebol.

O PL 5.110/2025, de Erika Hilton (PSOL), altera o Código Penal para agravar crimes dolosos que provoquem lesões, mutilações ou agressões contra pescoço, seios e genitália ou traumas faciais em casos de violência contra mulheres. Já o PL 4.951/2013, de Ricardo Izar (PSD), prevê a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento sobre estações móveis de radiofrequência das operadoras. O PL 1.409/2025, de David Soares (União), auto-

riza pessoas físicas a importar veículos usados com pelo menos três anos de fabricação.

A maior parte das propostas trata de radiodifusão. Alex Manente (Cidadania) relata os Projetos de Decreto Legislativos 157, 277, 461, 475 e 493/2025, que tratam da renovação de outorgas de rádios em Dracena, Bilac, Americana, Barão de Antonina e Barretos. Também relata os PDLs 699/2024, 605, 677, 957, 1.001 e 1.098/2025, relativos a emissoras de Americana, São J.R.Preto, Cubatão, Guarujá, Jales e Presidente Prudente.

Fausto Pinato (União) relata os PDLs 1.043, 1.095, 1.134, 1.137 e 1.191/2025, sobre outorgas de emissoras em Avaré, Mirassol, Jaboticabal, Santa Bárbara d'Oeste e Capão Bonito.

Marangoni (Podemos) relata os PDLs 52, 53 e 54/2026, referentes a rádios em Campinas, Boracéia e Birigui. Delegado da Cunha (União) é relator do PDL 961/2025, sobre a concessão da Fundação Educativa e Cultural Matonense, de Araraquara. Nilto Tatto (PT) relata o PDL 657/2026, que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora de Rancharia. As renovações de outorgas permitem que emissoras continuem explorando frequências públicas por determinado período. Os atos precisam passar pelo Congresso Nacional.



A feira reúne mais de 60 expositores e produtos materno-infantis

Feira Mega Gestante celebra o mês de agosto com programação especial

O Riocentro recebe, entre os dias 12 e 16 de agosto, a Feira Mega Gestante, maior evento do segmento materno-infantil do país. A edição celebra o Dia da Gestante, comemorado no dia 15 de agosto, assim como comemora a campanha Agosto Dourado, mês dedicado ao incentivo ao aleitamento materno. Com entrada gratuita mediante cadastro prévio no site, a estimativa é reunir 15 mil visitantes na Barra da Tijuca. O evento reúne mais de 150 expositores em 10 mil metros quadrados, oferecendo desde itens de enxoval a partir de R\$ 1,99 até produtos artesanais e personalizados. Além das oportunidades de compra e sorteios, a feira também oferece orientação e suporte para famílias e gestantes. A Feira Mega Gestante no Riocentro acontece no Pavilhão 2, de quarta a sexta, das 14h às 21h; sábado, das 10h às 21h; domingo, das 10h às 20h. A entrada é franca.

Tolerância Zero: impactos são debatidos

A Comissão Especial do Trabalho Informal da Câmara do Rio debateu os impactos do Decreto nº 58.256/2026 na vida dos ambulantes da orla. A medida institui o Programa Tolerância Zero contra a ocupação irregular no Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon. Na audiência desta terça-feira (11), trabalhadores criticaram a falta de diálogo da prefeitura e relataram apreensão de mercadorias e perda de renda nas últimas semanas. A Câmara publicou um projeto de decreto legislativo para tentar sustar a norma municipal.



Ambulantes questionam falta de diálogo com o Poder Executivo

Categoria critica a dificuldade de regularização

Representantes do comércio ambulante afirmaram que o decreto associa a atividade informal ao crime organizado para justificar a fiscalização ostensiva. A categoria argumenta que a norma interrompeu negociações em andamento com o Poder Executivo. Como alternativa de organização, os trabalhadores sugeriram um projeto-piloto temporário com alocação na borda entre a areia e o calçadão, garantindo a circulação sem impedir a geração de renda das famílias. O colegiado parlamentar cobrou esclarecimentos sobre os materiais recolhidos.

MPF aponta ilegalidade e pede diálogo

O Ministério Público Federal (MPF) questionou o decreto por meio de ação civil pública. O órgão argumenta que a orla é bem da União e exige a participação federal na discussão. Ao fim do encontro, os vereadores aprovaram o envio de ofício à Prefeitura para reabrir as negociações com a categoria e solicitar o número exato de trabalhadores impactados pela medida.

Alerta de ressaca

As ondas atingiram a estátua de Carlos Drummond de Andrade nesta terça-feira (11), em Copacabana, durante o alerta de ressaca na orla do Rio. A faixa de areia sumiu e o mar chegou ao calçadão. Com previsão de ondas de até 2,5 metros, a Ciclovía Tim Maia foi interditada e o aviso da Marinha do Brasil segue válido até o fim da noite.

Assaltos a farmácias

A Polícia Civil prendeu quatro suspeitos de integrar uma quadrilha especializada no roubo de canetas emagrecedoras e cofres de farmácias na Zona Sul e no Recreio. O grupo foi flagrado ao tentar atacar uma drogaria no Leblon nesta terça-feira (11). Investigados por roubos anteriores na região, os criminosos agiam com dois veículos.

Furtos de cabos

Moradores e motoristas de Vila Isabel enfrentam diariamente riscos no trânsito devido a semáforos apagados por furto de cabos. A CET-Rio registrou mais de 40 ocorrências apenas neste ano no Boulevard 28 de Setembro. O problema atinge vias movimentadas como a Rua São Francisco Xavier, prejudicando a travessia de pedestres e a sinalização.

Túmulo vandalizado

O túmulo do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici foi pichado com a frase “Ditadura nunca mais” no Cemitério São João Batista, em Botafogo. O ato vandálico foi identificado pela equipe do projeto cultural Necrotour RJ. A Polícia Militar informou que não faz patrulhamento interno no local e a Polícia Civil não registrou o caso.

Rio escolhe influenciadores

A Prefeitura do Rio abriu inscrições para o projeto Rio Digital Influencer 2026 nesta terça-feira (11). A iniciativa vai selecionar até dez criadores de conteúdo para promover o turismo da capital em coberturas de eventos, shows e festivais por um ano. O serviço é voluntário e sem remuneração. Inscrições vão até o dia 2 de setembro, pelo site oficial.

Regras para participar

Para concorrer, o participante deve ter no mínimo 100 mil seguidores em ao menos uma rede social, mais de 18 anos e residir no município do Rio. É vedada a participação de servidores públicos e parentes de até 2º grau. O processo inclui análise de engajamento e inovação. O resultado final será publicado no Diário Oficial, em 9 de setembro.



Policimento da nova área começa neste domingo (16)

Força Municipal expande policiamento para Zona Sudoeste

Divisão de Elite da Guarda Municipal vai cobrir área da Freguesia e Jacarepaguá

Da **Redação**

O prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, anunciou nesta terça-feira (11), durante reunião do CompStat Rio, a expansão do policiamento preventivo e ostensivo da Divisão de Elite da GM-Rio – Força Municipal para um novo perímetro de atuação: Freguesia e Jacarepaguá, na Zona Sudoeste. O policiamento na nova área, definida com base na análise de manchas criminais e de indicadores estatísticos, terá início no domingo (16).

“Hoje damos mais um passo em direção à Zona Sudoeste, que é uma região muito afetada pela piora na segurança pública, e a Força Municipal avança para a Freguesia, em um perímetro específico do bairro que tem uma incidência maior de roubos e furtos, próximo aos comércios e onde há um grande volume de pessoas circulando. Temos feito esse trabalho em parceria com a Polícia Civil e com a Polícia Militar. Nós estamos só começando”, disse o prefeito.

A expansão faz parte do planejamento estratégico da Força Municipal, que prevê a implantação gradual de novos perímetros de atuação em áreas prioritárias da cidade. Com essa etapa, o efetivo passa a atuar em 13 pontos estratégi-

cos do município, concentrando agentes em locais e horários identificados com base em critérios técnicos, como os de alta incidência de roubos e furtos.

Durante a reunião, o prefeito e o secretário de Segurança Urbana, Brenno Carnevale, também apresentaram o balanço operacional da Força Municipal, que alcançou a marca de 1.000 prisões e conduções às delegacias desde o início das operações, em 15 de março. No mesmo período, foram apreendidos e recuperados 223 aparelhos celulares, 209 motocicletas e 15 cordões, além de uma pistola, 16 réplicas de arma de fogo e 60 armas brancas.

“A Força Municipal faz um policiamento preventivo e ostensivo, sempre com atuação proativa. Tudo isso com a atuação sempre focada na mancha criminal. Com essa metodologia, nós chegamos, em cinco meses de atuação, a esse marco de mil prisões e conduções para as delegacias de polícia”, afirmou o secretário de Segurança Urbana.

No sábado (15), será realizada a cerimônia de ingresso dos 323 novos alunos que irão integrar a terceira turma do Curso de Formação da Divisão de Elite da GM-Rio – Força Municipal. A solenidade será realizada na Academia da Divisão, em Irajá.

REPRODUÇÃO / ARMAC



O benefício será pago via Pix a quem comprovar as perdas

Governo pagará subvenção via Pix a produtores de cana do Nordeste

O governo federal publicou nesta terça-feira (11) o decreto que regulamenta o pagamento de subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste que tiveram prejuízos econômicos por conta do tarifaço dos Estados Unidos, ainda no ano passado, ou com adversidades climáticas na safra 2025/26. A subvenção, de até R\$ 270 milhões, foi autorizada pela Medida Provisória 1.374/2026, de 30 de junho. O objetivo é preservar a renda, a produção e os empregos no setor sucroenergético. O benefício será pago via Pix a quem comprovar as perdas e atender os critérios de enquadramento. O decreto 13.092/2026, publicado nesta terça-feira, diz que a subvenção será de R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar comercializada, consideradas as operações da safra 2025/26, de 1º de agosto de 2025 a 31 de julho de 2026.

Produção de caju

Produtores interessados em cajucultura puderam acompanhar novas técnicas e trocar experiências durante o Caju Conecta, evento itinerante realizado no Vale do Guaribas, no estado do Piauí. Essa edição foi promovida pela Associação de Produtores de Cajuína do Piauí (Procajuína) e pela Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí (Cocajupi), com a participação de representantes dos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Roraima. Evento é realizado anualmente desde 2023.

DIVULGAÇÃO



Evento itinerante trocou técnicas e experiências da cajucultura

Decreto regulamenta subvenção no Nordeste

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), o Decreto nº 13.092, que autoriza a concessão de subvenção econômica a produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste que tenham sofrido prejuízos econômicos em decorrência da tributação adicional sobre exportações brasileiras imposta pelos Estados Unidos ou de eventos climáticos extremos na safra 2025/2026. A medida prevê recursos de até R\$ 270 milhões. A subvenção corresponderá a R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar comercializada na safra 2025/2026.

Ferramenta para cálculo de cobranças

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE) lançou uma ferramenta digital para auxiliar profissionais na definição dos valores cobrados por serviços jurídicos. A Calculadora de Honorários usa como base a Tabela da OAB-PE e está disponível no site da entidade e no Conecta OAB-PE. A solução permite estimativas padronizadas. A ferramenta facilita a consulta dos valores previstos.

Reciclagem

Um espaço de reciclagem na Paraíba, iniciou uma parceria com a Coopercore – Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cabedelo/PB. O acordo amplia o recebimento de latas de aço no estado. Criada em 2022, a cooperativa reúne oito cooperados e atende Cabedelo de segunda a sexta-feira, com apoio da prefeitura.

Fraude

A Polícia Federal deflagrou a Operação Voto Lacrado para apurar possível corrupção eleitoral nas eleições municipais de 2024. A investigação começou após a apreensão de R\$ 100 mil em um carro abordado em Pernambuco. A PF cumpre três mandados de busca em Tupanatinga, Garanhuns e Petrolina, com foco em documentos.

Emergência

A Prefeitura de Salvador estendeu por 90 dias o decreto que reconhece situação de emergência nas áreas litorâneas de São Tomé de Paripe, no Subúrbio Ferroviário. A medida foi publicada em 10 de agosto e mantém ações de monitoramento e prevenção. O caso envolve danos ambientais causados pelo derramamento de produtos químicos.

Investigação

O Ministério Público do RN e forças que integram o Gaesf deflagraram a Operação Barão do Trigo para apurar suspeitas de sonegação e lavagem de dinheiro no Rio Grande do Norte. A iniciativa cumpre medidas judiciais contra investigados e empresas. O trabalho busca reunir provas sobre a origem dos recursos, identificar os envolvidos.

Ação da polícia

Uma ação conjunta retirou câmeras de vigilância instaladas sem autorização em postes da rede elétrica de Maceió. A operação ocorreu em pontos da capital alagoana após a identificação dos equipamentos. A instalação irregular pode causar riscos à rede e comprometer a segurança. Os aparelhos foram removidos pelas equipes responsáveis.

Clima

A falta de chuvas no Alto Sertão de Sergipe reduziu em 90% a produção de milho em Santa Rosa do Ermírio, em Poço Redondo. A queda afeta a alimentação do gado e eleva os gastos com insumos e transporte de água. O local produz cerca de 250 mil litros de leite por dia. A estimativa é de redução de até 20% no volume.

REPRODUÇÃO



Alagoas aparece ao lado de Pernambuco entre os estados com maiores taxas

Economia de Alagoas supera a média do Nordeste

Projeção prevê alta de 1,7% de 1,2% em 2027 para o PIB do estado

Alagoas deve registrar crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,7% em 2026 e de 1,2% em 2027, segundo projeções do Departamento Econômico do Santander. As taxas ficam acima das médias previstas para o Nordeste, de 1,6% e 1%, e para o Brasil em 2027, de 1%. O levantamento usa dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 2023 e estimativas para 2024 a 2027.

Os dados indicam expansão nos três principais setores da economia estadual: serviços, indústria e agropecuária. Em 2023, os serviços respondiam por 53% do PIB alagoano e a agropecuária, por 21,4%, segundo as informações usadas pelo banco. A indústria também aparece com taxas positivas nas estimativas.

O setor de serviços deve avançar 1,9% em 2026 e 1,1% em 2027. A atividade tem influência dos serviços prestados às famílias e do mercado de trabalho. O Santander prevê desaceleração no segmento, acompanhando o movimento esperado para a economia brasileira.

Na indústria, a previsão é de alta de 1,5% em 2026 e de 1% em 2027. As taxas ficam abaixo das estimadas para o Nordeste, mas permanecem

positivas. O estudo aponta que condições financeiras restritivas podem limitar a indústria de transformação.

A agropecuária aparece como um dos principais pontos de diferença de Alagoas em relação ao cenário nordestino. O setor deve crescer 1,2% em 2026 e 1,5% em 2027. Para o Nordeste, o Santander calcula retração de 1,1% neste ano e alta de 0,2% no próximo. No Brasil, a previsão é de estabilidade em 2026 e crescimento de 1% em 2027.

Em 2026, Alagoas aparece ao lado de Pernambuco entre os estados nordestinos com maiores taxas projetadas para a agropecuária. Para 2027, a estimativa alagoana de 1,5% fica atrás apenas da previsão de Pernambuco, de 2%. O resultado tem impacto no estado porque a atividade representava 21,4% do PIB local em 2023, conforme os dados do levantamento.

O estudo também aponta que o Nordeste deve passar por uma desaceleração gradual em 2026 e 2027, depois de registrar crescimento próximo de 3% nos últimos anos. A região deve avançar 1,6% neste ano e 1% no próximo. Entre os fatores de risco citados estão as condições financeiras.



RAFAEL ALEIXO/DIVULGAÇÃO

Decisão atinge os cargos de Técnico em Assuntos Educacionais

Universidade Federal do Amapá anula prova de concurso

A Universidade Federal do Amapá (Unifap) vai aplicar novamente a prova objetiva do concurso público da carreira técnico-administrativa em educação para os cargos de Técnico em Assuntos Educacionais (código 213) e Assistente em Administração (código 108). A decisão foi anunciada pela Comissão de Operacionalização do Processo Seletivo, que identificou inconsistências na aplicação realizada em 5 de julho de 2026. Com isso, todos os atos relativos àquela prova — incluindo correção e resultados — foram anulados para esses dois cargos. O cronograma dos demais cargos segue inalterado. Já as datas, horários e locais da nova aplicação da prova objetiva para os cargos anulados serão divulgados em edital específico. A Unifap reforçou que cabe exclusivamente às pessoas candidatas acompanhar as publicações oficiais no site da instituição.

Emissão simultânea de passagens

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência, dos Idosos e de Acidentes de Trabalho de Belém, expediu a Recomendação Administrativa nº 004/2026-MP/1ªPJDIAT, destinada à Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN/PA), com o objetivo de assegurar o pleno exercício do direito à gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros por pessoas com deficiência.



REPRODUÇÃO

O órgão fiscalizador concedeu o prazo de 10 dias

Projeto em prol dos adolescentes

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) apresentou ao Município de Porto Velho, um projeto de reestruturação orgânica e administrativa do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSEMA) na capital. São acompanhados pelo serviço adolescentes a quem foi atribuída a prática de ato infracional e aos quais o Judiciário aplicou medidas de prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida. A exposição do projeto foi feita pelo coordenador do Grupo de Atuação Especial de Direitos Humanos (GAEDH).

Acordos previdenciários são firmados

Em Castanhal, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) realizou sessões para tratar de demandas previdenciárias em fase de cumprimento de sentença. A iniciativa ocorreu após pedido do Instituto de Previdência do Município de Castanhal (IPMC) ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA). Foram firmados 10 acordos, e novas tratativas ocorrerão em 13 de agosto.

Segurança

A Equatorial Pará realiza atividades educativas em escolas do estado por meio do Projeto Pipas. A iniciativa orienta crianças e adolescentes sobre os riscos de empinar pipas perto da fiação e sobre o uso de cerol e linha chilena. Entre janeiro e abril de 2026, a empresa registrou 994 ocorrências ligadas a pipas na rede elétrica, alta de 13%.

Organização

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) participa da organização do XIV Congresso Norte-Nordeste e Centro-Oeste de Cirurgia Torácica, de 3 a 5 de setembro, em Manaus. O encontro será no Plaza Shopping Centro de Convenções, com atividades sobre cirurgia torácica, pneumologia e oncologia.

Concurso

O Governo do Tocantins abriu nesta semana as inscrições para o concurso público da Saúde. O certame oferece 5.124 vagas em diferentes cargos e áreas. O prazo segue até 10 de setembro, pela página da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A prova objetiva está prevista para 1º de novembro. O resultado final deve ser divulgado em 2027.

Reunião

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) recebeu representantes da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para uma reunião voltada ao estreitamento das relações institucionais e à construção de parcerias, especialmente na troca de informações e experiências relacionadas ao enfrentamento de crimes transnacionais.

Iscrição

A Coordenação Geral da Universidade do Amazonas prorrogou até 17 de agosto as inscrições para a seleção de bolsista. O processo prevê uma vaga para Supervisor de Produção e cadastro de reserva. A função terá bolsa de R\$ 3.000 por mês, com carga de 20 horas semanais. Os candidatos devem ter formação e titulação.

Fiscalização

O Ministério Público do Estado do Acre acompanhou uma fiscalização em um posto de combustíveis no bairro Sobral, em Rio Branco, na sexta-feira, 7. A ação reuniu Procon/AC, ANP e Ipem/AC. Foram avaliados os combustíveis, os preços e os bicos das bombas. A equipe também verificou possíveis irregularidades administrativas e criminais.



Os projetos receberam R\$ 157,3 mil, cada, para a produção

Manaus amplia apoio ao movimento folclórico

Os recursos enviados foram destinados aos seis bois-bumbás

A Prefeitura de Manaus, por meio da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (ManausCult), fortaleceu o incentivo à cultura popular ao investir R\$ 943, 8 mil na realização da categoria Ouro do 68º Festival Folclórico do Amazonas.

O recurso foi destinado aos seis bois-bumbás participantes da principal categoria da competição, que receberam R\$ 157,3 mil, cada, para a produção de seus espetáculos.

Realizada no início do mês, no centro de convenções Professor Gilberto Mestrinho, o sambódromo, a categoria Ouro reuniu um grande público em duas noites de celebração da identidade amazônica, com apresentações marcadas pela criatividade, riqueza artística e pela dedicação de centenas de fazedores de cultura.

A programação contou com atuação conjunta da Prefeitura de Manaus, por meio da ManausCult, e da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), consolidando mais uma edição de um dos maiores eventos culturais da região Norte e reforçando o compromisso das instituições com o fortalecimento do movimento folclórico amazonense.

O diretor-presidente da ManausCult, Márcio Braz, destacou que o investimento realizado pela prefeitura representa um incentivo direto aos artistas e às agremiações que mantêm viva a cultura popular do Amazonas.

“O festival folclórico é um patrimônio vivo da nossa gente. Cada apresentação traduz o orgulho de ser amazonense e demonstra que investir na cultura é preservar a nossa identidade, fortalecer quem produz arte e garantir que as futuras gerações continuem reconhecendo suas raízes”, destacou.

Além de fortalecer as apresentações, o investimento da prefeitura impulsiona toda a cadeia da economia criativa, beneficiando profissionais como costureiras, aderecistas, cenógrafos, artesãos, músicos, iluminadores, sonoplastas, maquiadores, coreógrafos, produtores culturais e trabalhadores envolvidos na construção dos espetáculos, além de movimentar o comércio, o turismo e gerar oportunidades de emprego e renda durante o período do festival.

O presidente do boi-bumbá Tira Prosa, Ronaldo Matos, ressaltou a importância do apoio concedido pela Prefeitura de Manaus para a realização do espetáculo.

BRUNO SANTOS/PREFEITURA DE ESTEIO



Os moradores podem solicitar os valores pelo aplicativo do FGTS

Caixa libera saque calamidade para sete municípios gaúchos

A Caixa Econômica Federal disponibilizou o Saque Calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para trabalhadores de Ametista do Sul, Colorado, Frederico Westphalen, Nova Bassano, Relvado, Santa Tereza e Santo Antônio das Missões, no Rio Grande do Sul. A medida atende moradores afetados por chuvas intensas e permite solicitar valores pelo aplicativo FGTS. O prazo termina em 4 de novembro para Ametista do Sul, Frederico Westphalen, Nova Bassano e Santa Tereza, e em 5 de novembro para Colorado, Santo Antônio das Missões e Relvado. É necessário ter saldo no FGTS e não ter feito saque pelo mesmo motivo nos últimos 12 meses. O limite é R\$ 6.220 por conta vinculada, conforme o saldo disponível. Na solicitação, o trabalhador pode indicar uma conta da CAIXA ou de outra instituição para receber o valor.

SC: programação cultural noturna em Joinville

A Secretaria de Cultura e Turismo (Secult) de Joinville (SC) promove, até o próximo dia 27, o Agosto do Patrimônio, com visitas noturnas e atividades culturais gratuitas. A programação começa hoje (12), com a visita guiada ao Arquivo Histórico de Joinville, das 19h às 21h. Nos dias 19 e 20, o Museu Arqueológico de Sambaqui e o Museu Casa Fritz Alt terão visita noturna. O programa inclui uma atividade sobre sambaquis no dia 25 e terminará no dia 27, no Museu de Arte de Joinville, com concerto da Orquestra Villa-Lobos

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE JOINVILLE



Atividades artísticas, concertos e palestras sobre sambaquis

PR: Piraí do Sul ainda calcula danos do tornado

Cerca de 500 pessoas foram afetadas pelo tornado e pela chuva que atingiram Piraí do Sul (PR), no fim de semana. As equipes da Defesa Civil atuam desde a noite de sábado (8) no levantamento dos danos e no suporte aos moradores. Os bairros Santo André, Boa Vista, Jararaca, Fundão e Capinzal estão entre os mais atingidos. Casas, barracões, granjas e áreas de criação de animais tiveram danos. Árvores e postes caíram, estradas rurais foram bloqueadas e houve falta de energia. A Companhia Paranaense de Energia (Copel) realiza reparos na rede elétrica.

TJSC condena companhia por prejudicar atleta

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) manteve a condenação de uma companhia aérea ao pagamento de R\$ 21,5 mil a um atleta paralímpico pelo extravio de sua cadeira de rodas adaptada. O equipamento foi perdido em junho de 2023, após uma viagem internacional. A decisão fixou R\$ 6,5 mil por danos materiais e R\$ 15 mil por danos morais. A cadeira era feita sob medida e necessária para a prática esportiva.

Feirão da Empregabilidade

A prefeitura de Porto Alegre (RS) promove nesta quarta-feira (12) um Feirão da Empregabilidade no Centro Esportivo e Cultural da Bom Jesus. A ação, realizada pelo Sine Municipal, terá novas vagas de trabalho, elaboração de currículos, encaminhamento para seleções e orientações. A atividade integra a Semana Municipal da Juventude.

Contenção em ponte

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) manteve a decisão que obriga Timbó (SC) a executar obras de contenção de uma ponte sobre o Rio Benedito. A medida busca prevenir erosões e danos à estrutura em caso de enchentes. A ação foi proposta pelo Ministério Público (MPSC) após um estudo apontar riscos ligados a eventos climáticos.

Ajuda dos universitários

Cerca de 60 estudantes e 10 professores de Engenharia Civil de quatro universidades do Paraná vão auxiliar o Tribunal de Contas (TCE-PR) na fiscalização da infraestrutura de escolas. A ação integra a 2ª edição do “Programa Ver a Cidade” e envolve instituições de Londrina (PR), Maringá (PR), Ponta Grossa (PR) e da Região Oeste.

Portas Abertas na UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizará, no próximo dia 19, o Portas Abertas no Campus Litoral Norte, em Tramandaí (RS), e no Campus Ceclimar, em Imbé (RS). Das 8h às 12h, o público poderá conhecer cursos, pesquisas e projetos de extensão, além de visitar laboratórios e salas de aula. A entrada é gratuita.

Lei Bruno Orso Rocha

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou ontem (11) o PL 425/2026, que cria uma política estadual para identificar e atender com prioridade pacientes com alto risco de sepse. A proposta prevê protocolos para agilizar o diagnóstico e o tratamento em unidades públicas e privadas.

Mounjaro roubado

O Ministério Público do Paraná (MPPR) denunciou oito pessoas à 2ª Vara Criminal de Londrina (PR) pela participação em um esquema de roubo e venda ilegal de medicamentos. Entre os acusados estão dois policiais civis, sendo um afastado e outro aposentado. O grupo roubou cerca de 100 ampolas de tirzepatida, avaliadas em R\$ 70 mil.



A pesquisa identificou o crescimento ao estudar 394 casos ocorridos no Brasil

UFPR: homicídios de mulheres indígenas crescem 500%

Estudo da universidade paranaense analisou dados dos últimos 20 anos

Um estudo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) identificou o aumento de 500% nos homicídios de mulheres e meninas indígenas no Brasil em 20 anos.

A pesquisa analisou 394 registros de mortes de vítimas com 10 anos ou mais, ocorridos entre 2003 e 2022.

O artigo foi publicado na revista Ciência & Saúde Coletiva no fim de 2025.

Os dados foram extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), mantido pelo Ministério da Saúde, e cruzados com informações do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa não estabeleceu relação de causa e efeito entre os fatores. Entre as vítimas, 40,4% tinham de 15 a 29 anos. Na sequência, estavam as faixas de 30 a 39 anos (19,3%), 40 a 49 (12,4%) e 10 a 14 (7,1%). A maioria era solteira, com 52% dos registros.

Os pesquisadores afirmam que o dado pode estar relacionado à vulnerabilidade após o fim de relações abusivas, mas ressaltam que o estado civil é um indicador limitado, pois nem todas as uniões indígenas são formalizadas.

O local da morte não foi informado em 36% dos casos. 28% ocorreram em domí-

cílios, 18,8% em hospitais e 14,7% em vias públicas.

A região Centro-Oeste teve a maior taxa de homicídios, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul.

Objetos cortantes foram usados em 34% das mortes, enquanto armas de fogo apareceram em 22,1% dos casos.

Segundo a UFPR, o artigo aponta que o primeiro dado pode indicar proximidade física entre agressor e vítima, sem necessariamente apontar premeditação. Já a presença de armas de fogo é citada como um fator que pode afetar a segurança das mulheres.

A pesquisa também aponta baixa escolaridade ou ausência de educação formal na maior parte das vítimas.

Os autores do estudo relacionam essa condição à menor autonomia financeira e ao acesso reduzido a redes de apoio, mas destacam que a desigualdade educacional não é um fator isolado.

O levantamento cita ainda um estudo, referente ao período de 2010 a 2014, segundo o qual a taxa de homicídios de mulheres indígenas era quase 2,5 vezes maior que a registrada entre não indígenas. A pesquisa da UFPR, porém, não fez comparação direta entre os dois grupos ao longo do período analisado.



Parlamento húngaro elege ex-juiz da Suprema Corte András Baka

Magyar avança no expurgo da era Orbán com presidente na Hungria

Destituído por Viktor Orbán do Supremo Tribunal da Hungria em 2011, o jurista András Baka foi eleito presidente do país nesta terça-feira (11), em Budapeste, dias após ser indicado ao cargo pelo primeiro-ministro, Péter Magyar. Devolver à esfera pública uma das primeiras vozes que se levantou, na década passada, contra a “democracia iliberal” do antecessor, eufemismo para autocracia, é um gesto significativo para Magyar. Desde que tomou posse, em maio, após vitória expressiva nas urnas, o premiê não tem economizado no expurgo que promove nos diversos estamentos do poder na Hungria. Magyar já derrubou transmissões da TV pública, instrumentalizada pelo antecessor, limitou mandatos de parlamentares e baixou a idade de aposentadoria de juizes, entre outros atos, apoiado pela maioria constitucional que obteve nas urnas com seu partido, Tisza.

Ritmo é criticado pela Anistia Internacional

O ritmo das mudanças é criticado não só pelo Fidesz, legenda de Orbán, mas também por entidades como a Anistia Internacional, que temem que os ritos democráticos, como processos de consulta e regimentos, estejam sendo ignorados pelo caminho. Nesta terça, o Fidesz ignorou a eleição de Baka, no Parlamento, alegando que Tamás Sulyok, o presidente anterior, foi destituído de maneira “arbitrária e ilegítima”. Logo que assumiu o poder, Magyar pediu a renúncia de Sulyok, afirmando que o então chefe de Estado era um “fantoche” de Orbán.



Viktor Orbán passou 16 anos sofrendo sanções da União Europeia

Determinaram um mandato-tampão

Sulyok recusou, e o Parlamento elaborou e votou às pressas uma emenda que forçava sua saída e determinava um mandato-tampão até a confecção de uma nova Constituição. Promessa de campanha de Magyar, o texto conterà a previsão de eleições presidenciais diretas. Baka, 73, foi destituído do cargo de presidente da Kúria, o Supremo Tribunal do país, em 2011, após criticar as reformas judiciais do então governo de Orbán. Com a ascensão do Fidesz ao poder, em 2010, o projeto de reformulação das estruturas do Estado húngaro começou pelo Poder Judiciário.

Mais de 15 anos sofrendo sanções

A Hungria chegou a ser repreendida pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, mas sem efeito prático. Orbán passou 16 anos no poder convivendo com sanções da União Europeia. Em discurso no Parlamento, logo após a posse, Baka afirmou que, durante o mandato de Orbán, “um único partido tomou conta do Estado”, e os poderes não estavam separados.

Por José Henrique Mariante (Folhapress)

224 mortos na Colômbia

O número de mortos devido ao terremoto que atingiu a Colômbia nesta segunda (10) subiu para 224 nesta terça-feira (11). O novo balanço foi divulgado pelo governo do presidente Abelardo de la Espriella. A contagem anterior contabilizava 132 mortos. Grande parte das mortes se concentra na região metropolitana de Pereira; Cali também sofreu graves danos.

Apoio vindo dos EUA

Equipes de resgate trabalharam durante toda a madrugada e seguem buscando por sobreviventes entre os escombros dos prédios nesta terça. Os Estados Unidos, cujo governo de Donald Trump é aliado de Espriella, ofereceram uma ajuda de US\$ 15,5 milhões (cerca de R\$ 80 milhões) para lidar com a emergência.

Brasil pode auxiliar

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a União Europeia pôs à disposição seu serviço de satélite Copernicus para as operações de resgate. Israel, México, Chile, Argentina e El Salvador também ofereceram ajuda. Em nota nesta segunda, o presidente Lula afirmou que o Brasil pode auxiliar o vizinho, sem dar detalhes.

Papa se manifesta

O papa Leão 14, fortemente ligado aos povos da América do Sul, também se manifestou nesta terça, afirmando estar “profundamente consternado ao tomar conhecimento da dolorosa notícia do terremoto que afetou gravemente várias regiões da Colômbia, segundo mensagem enviada à Conferência Episcopal da Colômbia.

Regiões afetadas

O tremor, com epicentro em Chocó, na costa do Pacífico, foi sentido em Bogotá, Medellín e Cali, entre as maiores do país, e na região da fronteira com a Venezuela, além de regiões do Equador e do Panamá, segundo o Serviço Geológico Colombiano. Locais registraram o tremor em vídeos, publicados nas redes sociais, que mostram edifícios caindo.

Eixo Cafeeiro

A zona mais atingida foi a região do Eixo Cafeeiro, importante produtor mundial de café, e locais como a região metropolitana de Pereira e a cidade de Manizales, que viveu drama semelhante em 1999, quando mais de 1.100 morreram em outro terremoto. A Colômbia fica próxima do encontro entre as placas tectônicas: Sul-Americana, Nazca e a do Caribe.



Teerã exige que Trump aceite suas condições para reabrir Hormuz

EUA atacam com mísseis navio perto do Irã, e houthis matam 4

Violência nas águas do Oriente Médio volta a escalar em meio a impasses

Por Igor Gielow (Folhapress)

A violência voltou a escalar nesta terça-feira (11) nas águas do Oriente Médio. Os Estados Unidos dispararam dois mísseis contra um navio que furou seu bloqueio ao Irã, e rebeldes pró-Teerã do Iêmen mataram quatro marinheiros em uma embarcação no mar Vermelho.

Os incidentes ocorreram em meio ao impasse diplomático vivido na região entre o governo de Donald Trump, que voltou a fazer ameaças aos iranianos, e a teocracia, em torno de um acordo para pôr fim à guerra iniciada por EUA e Israel no fim de fevereiro.

O mercado de petróleo reagiu mal, com o barril de contratos futuros subindo e ficando acima dos US\$ 90 pela primeira vez neste agosto.

O primeiro episódio ocorreu no estreito de Bab el-Mandeb, que liga o mar Vermelho ao oceano Índico. Os rebeldes houthis, apoiados pelo Irã, dizem ter bloqueado a passagem para navios indo e vindo de portos de sua rival Arábia Saudita.

Um pequeno navio de carga egípcio, o Tihamah, drones atingiram, segundo o governo iemenita deposto da capital do país em 2014 pelos houthis. Os rebeldes só confirmaram a ação mais tarde, mas disseram que a embarcação, na verdade, levava armas para os sauditas.

Essas são as primeiras mortes causadas por um ataque houthi desde que eles entraram no conflito, no mês passado.

Com agenda própria, no caso dominar o oeste do Iêmen contra o antigo governo apoiado por Riad, os rebeldes agem em coordenação com os iranianos.

Já a ação americana ocorreu depois, quando um helicóptero MH-60 Seahawk disparou dois mísseis Hellfire contra a casa de máquinas navio de carga M/V Vela Nova, de bandeira panamenha. O navio estava junto na costa do Paquistão, rumando ao estreito de Hormuz, que liga o Índico ao Golfo Pérsico.

Segundo os americanos, ele se recusou a parar no bloqueio restabelecido pelos americanos em 14 de julho e ia para um porto iraniano. No plano de viagem declarado da embarcação em sites de monitoramento, contudo, seu destino alegado era os Emirados Árabes Unidos.

O Comando Central dos EUA, responsável pelas operações na região, disse que já foram desviados de curso 55 navios, enquanto 2 foram abordados e 3 receberam fogo, incluindo o Vela Nova. Não houve relatos de feridos.

O cerco não dissuadiu os iranianos de buscar manter o controle do estreito de Hormuz. Ao contrário, a teocracia reafirmou sua disposição nesta terça.

O novo chefe do poderoso Conselho Supremo de Segurança Nacional do país, Mohsen Rezaei, afirmou que as negociações para dividir o controle do estreito com o dono da outra metade de suas águas, Omã, são independentes do conflito com os EUA.

MARCELO MARAGNI/ RED BULL CONTENT POOL



Carrinhos sem motor vão voltar a descer as ruas de São Paulo em 2026

Red Bull Ladeira Abaixo confirma edição 2026 em São Paulo

Tradicional evento da marca de energético, que mistura criatividade com esportes radicais, o Red Bull Ladeira Abaixo volta ao Brasil em 2026 para uma edição com temática “Geek”.

O evento será realizado novamente em São Paulo capital, na Avenida Pompeia, no domingo, dia 15 de novembro.

A largada acontecerá na Avenida Pompeia, com percurso que descerá pelas ruas Estevão Barbosa, Afonso Bovero e Guiara. No total, 40 equipes selecionadas vão descer a ladeira com carrinhos sem motor cheios de personalidade, inspirados nas principais franquias da Cultura Pop mundial, prontos para colocar São Paulo ladeira abaixo mais uma vez.

Todos os carrinhos dos competidores, com seus conceitos, equipes e cidades de origem, já podem ser conhecidos no site oficial da Red Bull.

Capital mundial das corridas em novembro

O Red Bull Ladeira Abaixo 2026 Edição Geek acontecerá exatamente uma semana depois do GP de Interlagos de Fórmula 1, que levará fãs da mais nobre categoria do automobilismo para a capital paulista. Não é exagero dizer que São Paulo será a capital mundial das corridas na primeira quinzena de Novembro. Os torcedores da Red Bull poderão ver Max Verstappen e Isack Hadjar em Interlagos no primeiro fim de semana do mês, e depois curtir os corredores mais malucos e criativos do país no dia 15 de novembro.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



GP de Interlagos será realizado uma semana antes do Ladeira Abaixo

Segunda edição consecutiva com temática Geek

Esta será a nona edição do Red Bull Ladeira Abaixo no Brasil, que soma mais de 150 etapas ao redor do mundo, e também a segunda edição consecutiva com a temática Geek na cidade. Em 2024, a primeira edição Geek reuniu 45 mil pessoas nas ruas de São Paulo, e a expectativa é que a Avenida Pompeia receba um grande público para acompanhar de perto a criatividade e a irreverência que já são marcas da competição. Para comandar o evento, os hosts Fred Bruno e Sofia Miranda assumem a apresentação, com transmissão ao vivo pela ge tv.

Carros inspirados em franquias famosas

Nesta edição, haverá carrinhos tematizados com inspirações nas franquias “Carros”, “Monstros S.A.” e “Divertida Mente”, da Pixar, de “Como Treinar o Seu Dragão”, da DreamWorks, e muitos mais. O acesso ao evento será por meio de retirada de ingressos, e a entrada está sujeita à lotação do local. Mais informações e programação completa serão divulgadas em breve pelos canais oficiais da Red Bull.

Na mira de Ancelotti I

A partir das 21h30 desta quarta (12), a bola rola para Cruzeiro x Flamengo, em Minas Gerais, pelo jogo de ida das oitavas de final da Libertadores da América. Uma dupla muito especial estará presente no Mineirão para acompanhar o jogo: o analista de desempenho Thomaz Araújo e o preparador físico Cristiano Nunes, membros da comissão de Carlo Ancelotti.

Na mira de Ancelotti II

A dupla estará no estádio para acompanhar jogadores de confiança do técnico, como Lucas Paquetá, Fabrício Bruno e Leo Pereira, e também monitorar os atletas considerados “selecionáveis”, como os atacantes Kaio Jorge e Pedro, além do meio-campista Matheus Pereira, grande craque do atual elenco do Cabuloso.

Sem reforços na Sula

O Vasco confirmou as contratações do volante Santiago Sosa, do Racing, da Argentina, e do atacante Facundo Colidio, que chega do River Plate, também da Argentina. Porém, a diretoria confirmou que não conseguiu inscrever os reforços a tempo na Copa Sul-Americana. Dessa forma, a dupla só jogará a Sula caso o Vasco elimine o Olimpia nas oitavas de final.

Pedrinho responde Bap

Após o sorteio dos jogos das quartas da Copa do Brasil, o presidente do Vasco, Pedrinho, respondeu às recentes acusações sobre a possível venda da SAF cruzmaltina. A gente está seguindo a risca todos os processos. Os que falam besteira sem saber, eles são contraditórios porque a própria história de vida e de gestão deles cai em contradição com o que eles falam”, afirmou.

Resposta direta

“Eles têm que se preocupar com os clubes deles e não com o Vasco. O Vasco já tem muito problema e eu tenho problema para cuidar para ficar dando ouvido para presidente que quer se meter em coisas que não são do seu clube. E eu estou falando diretamente sobre o Bap, porque ele tem uma paixão louca pelo Vasco. Eu estou começando a achar que ele é vascaíno”, disse.

Futuro no Botafogo

O presidente do Botafogo, João Paulo Magalhães Lins, deu entrevista ao jornalista Jorge Nicola, em que rechaçou a venda do volante Danilo para o futebol europeu e afirmou que “o futuro dele está no Botafogo”. Lins deu a entender que a prioridade da nova gestão, com apoio da futura SAF, é manter o volante do elenco alvinegro.



Clássicos estaduais definirão três dos quatro semifinalistas da Copa do Brasil

Copa do Brasil terá clássicos estaduais nas quartas de final

Exceção foi Vasco e Vitória, único confronto interestadual do mata-mata

Por **Pedro Sobreiro**

A manhã desta terça-feira (11) foi agitada para os oito times restantes na Copa do Brasil de 2026. O sorteio dos confrontos das quartas de final foi realizado na sede da CBF, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio de Janeiro, e ficou marcado por um acontecimento estatístico raríssimo: praticamente todas as partidas serão definidas em clássicos estaduais.

Dessa forma, o sorteio definiu que Grêmio e Internacional (jogo de volta na Arena do Grêmio), Palmeiras e Santos (jogo de volta na Vila Belmiro), Cruzeiro e Atlético-MG (jogo de volta na Arena MRV), e Vasco e Vitória (jogo de volta no Barradão) definirão os próximos semifinalistas da competição mais democrática do Brasil.

Os jogos de ida das quartas de final estão previstos para os dias 26 e 27 de agosto, e os jogos de volta, para os dias 2 e 3 de setembro.

IMPEDIMENTO SEMIAUTOMÁTICO

A novidade da vez é que os confrontos contarão com a participação da tecnologia do impedimento semiautomático, o mesmo que vem sendo utilizado no Campeonato Brasileiro nas últimas rodadas.

“O impedimento semiautomático, a exemplo do que já está acontecendo no Brasileiro, chega agora à Copa do Brasil. São pouquíssimas as ligas no mundo que contam com essa tecnologia. Inovação essa que a gente trouxe imediatamente após a Copa do Mundo, e agora sendo implementada para essa fase da Copa do Brasil”, disse Julio Avellar, diretor de competições da CBF.

ANOMALIA ESTATÍSTICA

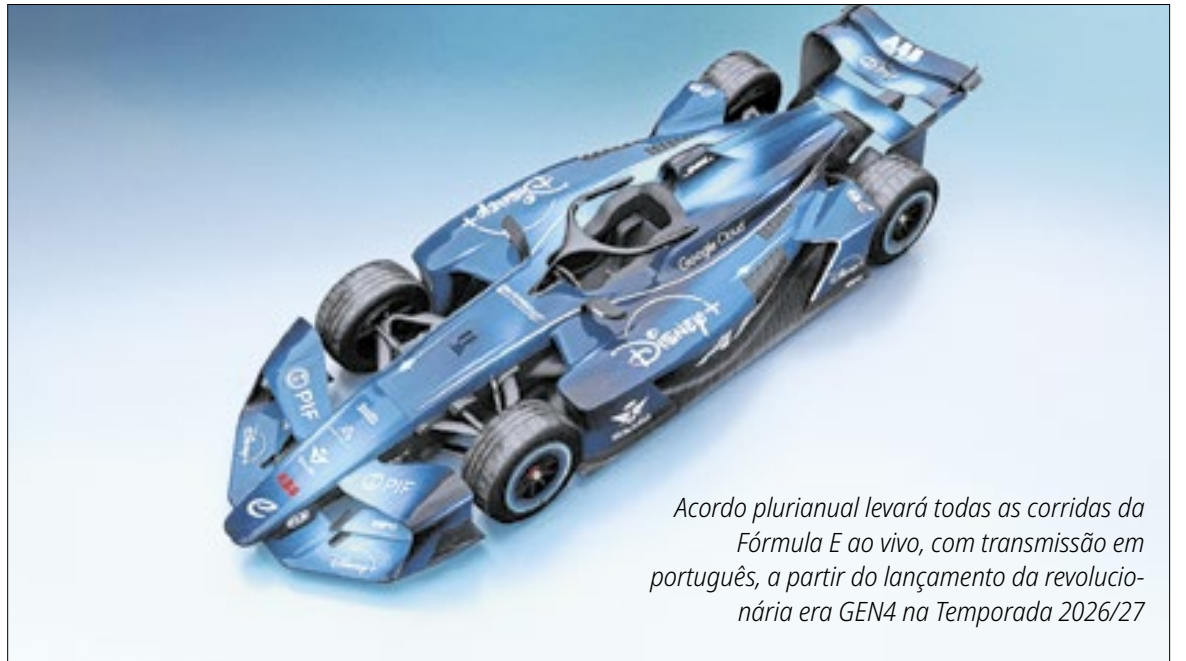
Os confrontos sorteados surpreenderam os fanáticos do mundo da bola, porque as chances dessa configuração de duelos acontecer, trazendo todos os clássicos estaduais disponíveis, eram mínimas. Praticamente uma anomalia estatística.

Nesse cenário, eram projetadas 105 possibilidades de combinações diferentes de resultados.

O cenário ocorrido tinha menos de 1% de chance de acontecer (0.95%), dando início a quartas de final que já nascem históricas.

O vencedor de GreNal enfrentará o vencedor do clássico mineiro nas semifinais, enquanto o vencedor do Clássico da Saudade enfrentará Vasco ou Vitória nas semifinais. Promessa de fortes emoções!

Formula E fecha parceria com Disney+ para ampliar alcance do esporte



Acordo plurianual levará todas as corridas da Fórmula E ao vivo, com transmissão em português, a partir do lançamento da revolucionária era GEN4 na Temporada 2026/27

Disney+ e ESPN transmitirão o Campeonato Mundial a partir da temporada 2026/27

Por **Pedro Sobreiro**

A Fórmula E, o Disney+ e a ESPN anunciaram nesta terça (11) uma novidade que visa ampliar ainda mais o alcance da Fórmula E no mundo. Eles confirmaram a realização de um acordo plurianual histórico que tornará Disney+ (ou ESPN+) a plataforma global de streaming do Campeonato Mundial ABB FIA de Fórmula E em 144 territórios a partir da Temporada 2026/27.

O acordo marca um dos momentos mais significativos da história da Fórmula E, unindo as plataformas globais de entretenimento da Disney ao principal Campeonato totalmente elétrico do mundo. De propriedade majoritária da Liberty Global, a Fórmula E irá aproveitar o ecossistema global de streaming da Disney para alcançar milhões de novos lares, ao mesmo tempo em que complementa seu portfólio atual de parceiros de transmissão por

TV e on-line em todo o mundo, garantindo que os fãs sigam com amplo acesso nos principais mercados.

Lançada em paralelo à revolucionária era GEN4, a parceria apresentará a Fórmula E a milhões de novos fãs por meio do Disney+, ao mesmo tempo em que preserva a ampla acessibilidade que tem sustentado o sucesso do Campeonato até o momento.

TODAS AS ETAPAS. TODA A TEMPORADA

Assinantes do Disney+ em 144 territórios, incluindo os EUA, onde o serviço será transmitido em conjunto com o ESPN+, poderão desfrutar de cobertura completa, ao vivo, de todos os finais de semana de corrida da Fórmula E, incluindo todas as sessões de treinos, classificação e corridas.

Além da ação ao vivo, fãs terão acesso a programas dedicados de prévia e resumo, destaques das corridas, análises

aprofundadas, programação exclusiva dos bastidores e reprises completas das corridas sob demanda, imediatamente após cada evento.

Para a Temporada 2026/27, estarão disponíveis cinco canais de transmissão em idiomas específicos no Disney+: inglês, alemão, francês, espanhol da América Latina e português do Brasil. Esses canais terão programas individuais de prévia e resumo, além do canal de comentários. Outros mercados terão comentários em áudio localizados de forma específica, disponíveis no Disney+.

A Fórmula E, como emissora anfitriã, produzirá as transmissões em inglês, alemão, francês, espanhol da América Latina e português do Brasil. Disney+ e ESPN, no entanto, localizarão os comentários em áudio para alguns idiomas e mercados selecionados.

Essa oferta ampliada de streaming se somará às parcerias de transmissão já existen-

tes da Fórmula E, oferecendo aos fãs mais maneiras de viver o campeonato.

INÍCIO DA ERA GEN4

A Temporada 2026/27 marca a chegada da revolucionária era GEN4 da Fórmula E, com a estreia do carro de corrida elétrico mais rápido e mais tecnológico já construído.

Com 600 kW de potência, o equivalente a mais de 815 cavalos de potência, e aceleração de 0 a 100 km/h em cerca de 1,8 segundo — cerca de 30% mais rápido que um carro de Fórmula 1 —, o GEN4 estabelece um novo padrão de referência.

A nova temporada também apresentará um formato aprimorado de fim de semana de corrida, projetado para proporcionar disputas ainda mais acirradas, maior emoção esportiva e mais ação para a torcida. O calendário cresce para 21 corridas em 13 cidades icônicas, começando em Jeddah, na Arábia Saudita, no dia 18 de dezembro,

e terminando sob as luzes de Tóquio, em 25 de julho de 2027.

“Este é um momento histórico para a Fórmula E e reflete o incrível impulso por trás do nosso Campeonato. O alcance global incomparável e a habilidade narrativa da Disney apresentarão a Fórmula E a milhões de fãs, que estarão mais próximos do que nunca do drama, da inovação e da emoção das corridas elétricas. À medida que entramos na era GEN4, isso nos proporciona uma plataforma excepcional para acelerar nosso crescimento global e continuar construindo uma das propriedades esportivas mais empolgantes do mundo. Também estamos entusiasmados com a oportunidade de explorar novas formas de colaboração entre Fórmula E e Disney, além da cobertura ao vivo das corridas, criando experiências ainda mais inovadoras e envolventes nos próximos anos”, afirmou Jeff Dodds, CEO da Fórmula E.

Aliar esporte ao turismo virou tendência entre atletas

Da **Redação**

O corredor brasileiro tem se tornado cada vez mais exigente. Os que já carimbaram o passaporte em provas mais tradicionais do Brasil e em alguns lugares do planeta, agora buscam por eventos que ofereçam desafio com imersão cultural e turismo. É nesse cenário que a clássica corrida Paris-Versailles, na França, e a Maratona do Porto, em Portugal, despontam como as novas joias entre os atletas amadores do Brasil.

Realizadas durante o outono europeu, período em que as temperaturas amenas são ótimas para a corrida, as duas provas propõem uma combinação poderosa entre turismo de alta gastronomia e história

com o esporte. Esse movimento, chamado de ‘runcation’ (da união dos termos run e vacation, ou corrida e férias), é reflexo do amadurecimento do mercado nacional.

“O corredor que já experimentou grandes eventos ou as maratonas mais badaladas agora busca o fora do óbvio. Ele quer o charme europeu, mas também experiências novas. Paris-Versailles e Porto entregam isso. Ambas têm percursos que contam histórias, logística fantástica e a oportunidade de viver o destino além do esporte. Este é um público que entende o valor de transformar a corrida em férias inesquecíveis”, afirma Henrique Farias, diretor da Sub4 Turismo Esportivo, agência especializada em via-



Eventos unem cenários imponentes e o charme do outono europeu

gens de corrida pelo mundo.

A começar pela icônica Paris-Versailles (La Grande Classique®), marcada para o dia 27 de setembro de 2026. Fa-

vorita entre os franceses pela sua atmosfera, a prova é praticamente um monumento em movimento. São 16,2 km de um percurso que começa aos

pés da Torre Eiffel, margeia as águas do Rio Sena, corta os imponentes bosques verdes de Paris e termina diante do Palácio de Versailles.

Em 8 de novembro de 2026, será a vez de outro famoso rio europeu emoldurar o cenário de desafio de corrida. O Rio Douro faz parte do percurso da Maratona do Porto. A segunda maior cidade portuguesa vive um verdadeiro fenômeno do turismo global, impulsionado pela revitalização de seu centro histórico, pelo enoturismo e por uma gastronomia vibrante. Na última edição, a prova de 42 km reuniu mais de 10 mil atletas vindos de 72 países, e reforçou que a maratona se une aos atrativos locais para encantar os participantes.

ENTREVISTA/DESEMBARGADOR PETERSON BARROSO SIMÃO

Da Redação

Observador atento ao movimento crescente de apostas em plataformas esportivas online e ao consequente aumento de ações na Justiça movidas, em sua maioria, por apostadores que se dizem prejudicados, o desembargador Peterson Barroso Simão, integrante da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, acredita que é chegada a hora de o país refletir mais sobre o tema, incluindo legislação, publicidade, fiscalização e as possíveis consequências do mundo das bets na vida dos brasileiros, como a ludopatia.

“Este não é um debate contra a liberdade individual. Pessoas adultas são livres para fazer suas escolhas. Essa liberdade, contudo, não pode servir de justificativa para a omissão do Estado diante de um fenômeno que compromete a saúde mental, fragiliza famílias e provoca crescente deterioração da situação financeira de milhares de brasileiros. As apostas movimentam uma expressiva cadeia econômica, mas seus efeitos sociais não podem ser ignorados”, destaca o desembargador. Na entrevista abaixo, o magistrado aponta que a ascende judicialização do tema acendeu o alerta vermelho.

CM: As Cortes de Justiça do país, incluindo a fluminense, passaram a receber um volume significativo de processos envolvendo plataformas de apostas esportivas online, as bets. São ações movidas, em maioria, por apostadores que alegam ter ganho e não recebido; acumulado dívidas e desejam ressarcimento; ou pedem indenização por ludopatia. Como o senhor vê essa crescente de processos envolvendo o tema?

PB: A crescente judicialização era um fenômeno previsível. Quando se cria um mercado que movimenta bilhões de reais e alcança milhões de consumidores, inevitavelmente surgem conflitos. No caso das apostas esportivas, porém, a situação é ainda mais preocupante porque não estamos diante apenas de discussões contratuais. Muitos processos revelam dramas humanos marcados por endividamento, perda patrimonial, alegações de ludopatia, publicidade enganosa e dificuldades no recebimento de valores.

CM: Mas a regulação pela Lei nº 14.790 não surtiu efeito?

PB: A Lei nº 14.790/2023 apresentou um importante marco regulatório, mas seus efeitos econômicos e sociais precisam ser permanentemente avaliados. Precisamos de leis que melhorem a vida das pessoas,

“O alerta é vermelho”

Desembargador alerta para avanço das bets e cobra mais fiscalização, prevenção e proteção aos apostadores

DIVULGAÇÃO



O desembargador Peterson Barroso Simão

e não que contribuam para o empobrecimento de milhares de famílias.

Também é legítimo questionar se as plataformas cumprem, com a transparência exigida pelo artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, o dever de informar claramente as probabilidades de ganho, os riscos envolvidos e as condições da aposta.

No fundo, esses processos refletem uma promessa de enriquecimento rápido que, para muitos apostadores, termina em frustração, dificuldades financeiras e sofrimento psicológico. A judicialização revela apenas a face visível de um problema social muito maior.

CM: Com o passar do tempo a questão pode vir a congestionar ainda mais o Judiciário?

PB: Sem dúvida existe esse risco. Se hoje já observamos um crescimento significativo das demandas, é natural imaginar que esse número aumente à medida que mais pessoas enfrentem prejuízos financeiros decorrentes das apostas.

Mas a preocupação não é apenas quantitativa. Cada processo representa uma história de sofrimento humano. São famílias endividadadas, pessoas que desenvolveram dependência, trabalhadores que perderam seu patrimônio e relações familiares profundamente fragilizadas.

Não se trata apenas de um aumento de ações judiciais. Estamos diante de um fenômeno que alcança as varas cíveis, criminais e de família, porque o vício nas apostas frequentemente desencadeia fraudes, desvios patrimoniais e conflitos familiares.

O Judiciário recebe apenas a consequência de um problema que nasce muito antes. Quanto mais tardia for a atuação do Estado, maior será o custo social e, também, o custo para a própria Justiça. Investir em prevenção

é sempre mais eficiente do que enfrentar a multiplicação dos litígios.

CM: De acordo com dados do Ministério da Fazenda, o Brasil tem pelo menos 25 milhões de apostadores cadastrados. O senhor acha que as regras vigentes para as plataformas precisam ser mais claras, seja sob o ponto vista econômico dos ganhos – em 2025, ainda segundo o Ministério da Fazenda, a receita bruta das bets legalizadas no país foi de R\$ 37 bilhões em 2025 – e em relação aos mecanismos de alertas ao apostador?

PB: Entendo que sim. O volume de apostadores e a dimensão econômica desse mercado demonstram que não se trata mais de um fenômeno marginal, mas de um relevante problema de política pública.

A propaganda das bets invade diariamente nossas casas, celulares e redes sociais oferecendo uma ilusão de enriquecimento rápido que, para a maioria das pessoas, termina em decepção. A lógica econômica dessa atividade favorece estruturalmente a plataforma.

Por isso, considero indispensável ampliar os mecanismos de informação e conscientização.

Os alertas não podem se limitar a pequenos avisos formais. O cidadão deve compreender que não está realizando um investimento, mas participando de uma atividade que envolve riscos concretos de perda financeira e dependência.

A liberdade de escolha somente existe quando acompanhada de informação verdadeira.

CM: É preciso regular mais o setor?

A meu ver, sim. A regulamentação representou um passo importante, mas ainda não basta diante da velocidade com que esse mercado cresce, inclu-

sive com a atuação de plataformas internacionais.

PB: O Estado precisa exercer fiscalização rigorosa. Receita Federal, Ministério da Fazenda, órgãos de defesa do consumidor e autoridades policiais devem atuar de forma coordenada para combater fraudes, publicidade enganosa, lavagem de dinheiro e outras irregularidades.

Também entendo que chegou o momento de avaliar os resultados produzidos pela Lei nº 14.790/2023. Se os mecanismos atuais se mostrarem insuficientes para proteger a população, será legítimo discutir alterações legislativas, inclusive eventual revogação de dispositivos que não tenham alcançado os objetivos pretendidos.

As pessoas adultas são livres para fazer suas escolhas. Essa liberdade, contudo, não pode justificar a omissão do Estado diante de um fenômeno que produz endividamento, dependência e perda patrimonial de parcela significativa da população.

O alerta é vermelho. Quanto mais demormos a aperfeiçoar a legislação e fortalecer a fiscalização, maiores serão os custos sociais desse modelo de exploração econômica.

CM: As plataformas estão se utilizando de personalidades públicas como jogadores de futebol, atletas, artistas em suas publicidades. O senhor acredita que isso tem influência sob apostadores?

PB: A influência é evidente e merece reflexão. Influenciadores digitais, atletas e artistas possuem enorme capacidade de moldar comportamentos, sobretudo entre os jovens. Quando uma personalidade admirada associa sua imagem a uma plataforma de apostas, transmite uma mensagem implícita de confiança e normalidade. O jogo deixa de ser percebido como uma atividade de risco e passa a ser visto como entretenimento ou oportunidade de ganho financeiro.

É um paradoxo preocupante. Ícones nacionais que prosperaram pelo talento acabam incentivando uma atividade que pode empobrecer justamente aqueles que mais os admiram. Enquanto essas personalidades recebem contratos milionários, milhares de seguidores acumulam perdas financeiras e, em alguns casos, desenvolvem dependência.

Por isso, considero importan-

te ampliar a responsabilidade na publicidade dessas plataformas. Se a propaganda utiliza figuras públicas para estimular as apostas, também é legítimo que campanhas de conscientização contem com personalidades capazes de alertar sobre seus riscos. O equilíbrio da informação é essencial para uma escolha verdadeiramente livre.

CM: No período da Copa do Mundo, segundo dados da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o país registrou um grande volume de pedidos de autoexclusão das plataformas de apostas online – cerca de 250 mil somente entre 15 e 28 de junho. Esse mecanismo precisa ter mais visibilidade?

PB: A autoexclusão é uma ferramenta importante porque permite ao próprio jogador interromper o ciclo das apostas. O elevado número de pedidos demonstra que muitas pessoas reconhecem estar perdendo o controle e procuram uma forma de romper esse comportamento.

Esse mecanismo precisa ser mais divulgado e de fácil acesso. Entretanto, não resolve sozinho o problema. A ludopatia é uma condição médica reconhecida e frequentemente exige acompanhamento psicológico, psiquiátrico e apoio familiar.

A autoexclusão representa um importante primeiro passo, mas deve estar integrada a políticas públicas de prevenção, acolhimento e tratamento.

CM: Avalia ser preciso de outros mecanismos para conscientização dos cidadãos?

PB: Sem dúvida. A conscientização deve começar pelo reconhecimento de que apostar não é forma de investimento nem estratégia de geração de renda. Trata-se de uma atividade cuja lógica econômica favorece estruturalmente a plataforma.

Também considero fundamental investir em educação financeira e em campanhas permanentes de esclarecimento. A população precisa compreender, inclusive, como essas plataformas utilizam recursos tecnológicos e conhecimentos da psicologia comportamental para estimular o usuário a permanecer apostando.

Ao lado da conscientização, é indispensável fortalecer a rede pública de atendimento às pessoas que desenvolveram dependência. O tratamento exige abordagem multidisciplinar, com psicoterapia, acompanhamento psiquiátrico e grupos de apoio. Prevenir continua sendo muito mais eficaz, e menos oneroso para toda a sociedade, do que enfrentar as consequências do vício instalado.